

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE PEDAGOGIA

FLÁVIA SAMARA ZUCA

**DESIGUALDADE RACIAL NA EDUCAÇÃO: AÇÕES A PARTIR
DA LEI 10.639/ 2003**

MARINGÁ

2016

FLÁVIA SAMARA ZUCA

**DESIGUALDADE RACIAL NA EDUCAÇÃO: AÇÕES A PARTIR
DA LEI 10.639/ 2003**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Estadual
de Maringá, Curso de Pedagogia,
como exigência final para obtenção
do título de licenciada em Pedagogia,
sob a orientação da Prof^a. Dr^a.
Rosângela Célia Faustino.

MARINGÁ

2016

Este documento corresponde à versão final do trabalho de conclusão de curso intitulado **DESIGUALDADE RACIAL NA EDUCAÇÃO: AÇÕES A PARTIR DA LEI 10.639/ 2003** e apresentada por FLÁVIA SAMARA ZUCA à Banca Examinadora do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá, tendo sido considerado aprovado.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Rosângela Célia Faustino
Orientadora

Profª Ms. Maria Luisa Borniotto Silva
Examinadora

Profª Ms. Maria Christine Berdusco Menezes
Examinadora

Eu poderia falar todas as línguas que são faladas na terra e até no céu, mas, se não tivesse amor, as minhas palavras seriam como o barulho de um sino.

Poderia ter o dom de anunciar mensagens de Deus, ter todo o conhecimento, entender todos os segredos e ter tanta fé, que até poderia tirar as montanhas do seu lugar, mas, se não tivesse amor, eu não seria nada.

[...]Quem ama é paciente e bondoso. Quem ama não é ciumento, nem orgulhoso, nem vaidoso.

Quem ama não é grosseiro nem egoísta; não fica irritado, nem guarda mágoas.

Quem ama não fica alegre quando alguém faz uma coisa errada, mas se alegra quando alguém faz o que é certo.

Quem ama nunca desiste, porém suporta tudo com fé, esperança e paciência.

O amor é eterno. Existem mensagens espirituais, porém elas durarão pouco. [...] Existe o conhecimento, mas também terminará.

[...]Quando eu era criança, falava como criança, sentia como criança e pensava como criança.

Agora que sou adulto, parei de agir como criança.

O que agora vemos é como uma imagem imperfeita num espelho embaçado, mas depois veremos face a face.

Agora o meu conhecimento é imperfeito, mas depois conhecerei perfeitamente, assim como sou conhecido por Deus.

Portanto, agora existem estas três coisas: a fé, a esperança e o amor. Porém a maior delas é o amor.

(1Co. 13, BÍBLIA SAGRADA)

Aos meus pais, pelo apoio e amor incondicional, pois eles são exemplos de caráter, amor e honestidade, são pilares basilares na minha vida.

As minhas irmãs, por todo companheirismo, fidelidade e amor.

Aos meus sobrinhos, por mudar minha vida, completando o vazio existente, com suas alegrias de viver.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, pois sem ele eu não sou nada, e sua força divina tem me protegido e abençoado, me dando inteligência e capacidade para poder estudar, agradeço pela vida e por tudo que tem me permitido, muito obrigada Senhor!

Agradeço aos meus pais Flávio Zuca e Adeilda das Dores Zuca, que mesmo não tendo instrução suficiente para me ajudar a estudar e refletir nas horas das dúvidas e das pesquisas, me apoiaram quando eu decidi que queria ser professora, agradeço por cada conselho, agradeço pela ajuda financeira ao longo da graduação, agradeço pelo orgulho que tem de mim, pela paciência, amor, confiança e cuidado, meu eterno agradecimento.

Agradeço a todos meus professores da graduação, cada um que contribuiu para minha aprendizagem, transmitindo muito do que sabiam para que eu aprendesse. Agradecimento especial para as professoras Rosangela Celia Faustino e Maria Luisa Borniotto, que me orientaram na caminhada final e determinante do curso, e aceitaram discutir comigo um tema em que poucos querem discutir, muito obrigada.

Agradeço as minhas amigas de curso, Débora Caroline da Silva e Jéssica Jhonis Borges da Silva, pelo companheirismo e lealdade, amizade que não se restringiu as dependências da Universidade e manteremos sempre.

ZUCA, Flávia Samara. **Desigualdade racial na educação:** ações a partir da Lei 10.639/2003. F. 2015. MONOGRAFIA. CURSO DE PEDAGOGIA. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ.

RESUMO

Partindo de experiências, observações, estudos teóricos e documentais, o presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema a desigualdade racial na educação e pautou-se em pesquisa bibliográfica e documental. Compreendemos, a partir de uma reflexão histórica, que a igualdade entre todos os sujeitos de uma sociedade, na realidade, não existe, seja em decorrência da raça, origem, cor da pele, tipo do cabelo ou religião, e fundamentalmente nesta pesquisa investigamos elementos na vertente da desigualdade racial, com o olhar voltado para a educação e para as leis que visam acabar com a discriminação racial. O racismo está de fato nas creches e escolas dificultando a aprendizagem de alunos negros que sofrem com o preconceito, algo que é alimentado pelos indivíduos de maneira, muitas vezes, subjetiva, relacionando o negro a aspectos inferiores da sociedade e os adjetivando com apelidos e características depreciativas. Com base nessas reflexões, fizemos estudos teóricos buscando compreender alguns aspectos da história e economia que interferem na questão da desigualdade racial com especial atenção para o que a Lei nº 10.639/03 dita sobre como se devem diligenciar as relações étnico-raciais na escola. Desde a referida Lei, destaca-se a obrigatoriedade de os entes federados do país trabalharem o *Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* nas escolas, porém, isto nem sempre ocorre de maneira ampla, aprofundada e satisfatória. Desta forma, procurou-se investigar quais as possibilidades de ações e metodologias referente às práticas pedagógicas envolvendo a cultura Afro-Brasileira que os professores podem encontrar em um dos veículos de grande circulação entre os educadores que são as revistas Nova Escola e Revista do Professor.

Palavras-chave: Desigualdade Racial; Diversidade; Subsídio Étnico Racial.

ZUCA, FLÁVIA SAMARA. **RACIAL INEQUALITY IN EDUCATION: ACTIONS FROM THE LAW 10.639/2003 F. 2015.** MONOGRAPH. PEDAGOGY COURSE. STATE UNIVERSITY OF MARINGÁ.

ABSTRACT

Building on experiences, observations and studies, this end of course work is themed racial inequality in education. We understand, based on a historical reflection, that the equality of all subjects of a society in reality is nonexistent, whether as a result of race, origin, skin color, hair type or religion, and fundamentally this research investigated elements in the aspect of racial inequality, it was focused on education and pedagogical practices in Brazil. Racism is in kindergartens and schools complicating the learning of black students who suffer from prejudices something that is fed by individuals often in a subjective way, linking the afrodescendant to lower aspects of society and qualifying them with nicknames and deprecating features. Based on these reflections, we made theoretical studies seeking to understand some aspects of history and economics that interfere with the issue of racial inequality giving special attention to what the Law 10.639 / 03 dictates about how should the ethnic-racial relations in schools work. Since this law, there is the obligation of the federal entities of the country to work on the Teaching of History and African and Afro-Brazilian Culture at schools, however, this does not always occur in a broad, thorough and satisfactory manner. Thus, we sought to investigate the possibilities of actions and methodologies related to teaching practices involving the Afro-Brazilian culture that teachers can find in one of the wide circulation of vehicles between educators that are the magazines Nova Escola and Revista do Professor.

Keywords: Racial Inequality; Diversity; Racial Ethnic subsidy

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
1 INTRODUÇÃO.....	10
2 SURGIMENTO DO RACISMO.....	16
3 RACISMO, LEGISLAÇÕES E LEI 10.639/2003.....	30
4 MÍDIA IMPRESSA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.....	40
5 SUGESTÃO DE LIVROS PARA O TRABALHO DOS PROFESSORES.....	58
5.1 LISTA PARA CONTRIBUIR COM A FORMAÇÃO TEÓRICA DOS PROFESSORES.....	60
5.2 LISTA DE LIVROS DE LITERATURA INFANTIL E INFANTO JUVENIL.....	64
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
7 REFERÊNCIAS.....	72

1 INTRODUÇÃO

O estudo da história sobre o passado do negro nos permite compreender que este segmento populacional, após prestar mais de 300 anos de trabalho escravo e ter produzido inúmeras riquezas e desenvolvimento à colônia portuguesa, o Brasil, ao ser abolido, em 13 de maio de 1888, foi “descartado”, jogado nas ruas à própria sorte ou se manteve como agregado, em situações precárias de trabalho, sem renda e sem as mínimas garantias trabalhistas que pudessem lhes propiciar qualidade de vida, acesso à educação e dignidade humana.

Muitas são as obras que relatam a situação dos negros no Brasil e algumas são as discussões críticas (CALLINICOS, 1995) que dão a conhecer a realidade das populações negras não apenas no Brasil, mas em diferentes partes do mundo evidenciando que a história dos negros foi semelhante, ou seja, permeada pela exploração, maus tratos, violências, trabalho escravo e exclusão e que este estado de coisas deu sustentação às riquezas produzidas e apropriadas pelo capitalismo.

As sociedades coloniais mercantilistas e, posteriormente, o capitalismo, para justificar as atrocidades e violências praticadas contra estes seres humanos, desenvolveram uma ideologia, com discursos nos quais os negros aparecia como seres inferiores, incapazes, ignorantes e brutalizados.

Vivendo nestas condições por séculos, os negros tiveram poucas oportunidades de estudos, de qualificação para acessarem postos de trabalho bem remunerados. Sem estudos, sem moradias decentes, vivendo nas periferias das cidades, nas favelas ou na zona rural, e com uma ideologia discriminatória, que pesou e pesa sobre eles, ocuparam, historicamente, as funções mais subalternas e menos remuneradas.

Sofreram diretamente as consequências da desigualdade nas ocupações de trabalho, afetados pelas mudanças econômicas sobrevindas da mercantilização. No final do século XIX, em um cenário de mudanças, pressões

internacionais econômicas e sociais, que parecia não poder piorar para os escravos, começou-se então a importar mão de obra europeia, vindo então espanhóis, italianos entre outros para trabalhar no Brasil, esquecendo de topo o povo negro que, com seu trabalho tinha produzido as riquezas do Brasil e acabava de ser “liberto” estando à disposição para trabalhar e receber em troca, um salário que lhes permitisse a inserção na sociedade de forma igualitária.

Como foram simplesmente descartados e não puderam ter acesso à terra, pois a Lei de Terras de 1850 criada e aprovada pela burguesia impediu que trabalhadores pudessem nela trabalhar para produzir sua existência, os negros e outras populações excluídas, passaram a viver às margens da sociedade.

Sobre a importação de mão de obra estrangeira, Florestan Fernandes esclarece que o estrangeiro aparecia, (...), como a grande esperança nacional de progresso por saltos. (...). Desse ângulo, onde o imigrante aparecesse, eliminava fatalmente o pretendente negro ou mulato” pois entendia-se que ele, o imigrante, era o agente natural do trabalho livre (FERNANDES, 1978, p.27). Ou seja, não contratavam os negros, pois já haviam internalizado que negro era sinônimo de trabalho sem custos.

(...), o regime escravista não preparou o escravo (e, portanto, também não preparou o liberto) para agir plenamente como “trabalhador livre” ou como “empresário”. Ele preparou-o, onde o desenvolvimento econômico não deixou outra alternativa, para toda uma rede de ocupações e de serviços que eram essenciais, mas não encontravam agentes brancos. Assim mesmo, onde estes agentes apareceram (como aconteceu em São Paulo e no extremo sul), em consequência da imigração, em plena escravidão os libertos foram gradualmente substituídos e eliminados pelo concorrente branco (FERNANDES, 1978, p.51).

Havia ainda ideias de parlamentares sobre a necessidade do branqueamento da raça no Brasil, ou seja, era uma forma de deixar os negros isolados em guetos nas periferias das cidades para que não “contaminassem” esse propósito de branqueamento. Depreende-se da leitura de Hofbauer (2003), que a elite burguesa que comandava a política e a ciência brasileira, desejava evitar a miscigenação para que assim houvesse maior desenvolvimento e o Brasil se tornasse como os Estados Unidos e os países ricos europeus. Neste contexto de exclusão, alguns poucos conseguiriam, com muito esforço pessoal, ter

acesso à livros, estudar e se tornar intelectuais, escritores, jornalistas, a imensa maioria engrossou filas de analfabetismo, desemprego ou subemprego.

Sendo assim, o negro saiu da escravidão e foi bloqueado na sociedade devido aos obstáculos da estrutura social burguesa que estava em consolidação, e o processo de anexação começou desde aquele período a ser difícil, excludente e discriminatório, refletindo até a atualidade, onde os negros continuam sendo minoria nas universidades, nos altos cargos de emprego, fato comprovado em documentos do MEC:

Segundo o levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2009, feito com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2008 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apesar da redução da distância entre os dois grupos, o índice de analfabetismo entre jovens negros ainda é duas vezes maior do que entre os jovens brancos. Em 1998, o analfabetismo entre jovens negros era quase três vezes maior do que entre os jovens brancos. Consideram-se jovens os habitantes entre 15 e 29 anos, uma população que soma hoje 49,7 milhões de pessoas, cerca de 26,2% da população brasileira (GOMES, 2012, p.20).

Do ponto de vista legal, a constituição Federal Brasileira de 1988 prevê o princípio da igualdade no caput de seu artigo 5º, onde se lê que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]” (BRASIL, 1988). Porém, ser igual perante a lei não garante a igualdade econômica, pois estando entre as fileiras pobres e excluídas da sociedade, os negros sofrem duplo preconceito, o da pobreza e o da raça.

É explícito que este princípio constitucional contribui para a luta pela igualdade e vem à frente na lista dos direitos fundamentais dos cidadãos e para tanto serve como análise dos aspectos formais e materiais. Neste sentido a linha teórica que fundamentamos este trabalho é o materialismo histórico, que permite compreender questões históricas e econômicas que contribuem com a permanência do racismo e da discriminação. Nesta linha de pensamento investigamos e refletimos, sobre as discriminações em relação à cor, raça e possibilidades econômicas dos indivíduos.

Diante disto, investigamos qual referencial teórico e materiais didáticos os professores têm para as práticas pedagógicas de trabalho com a educação das relações étnico-raciais. No Brasil sabemos que a revista Nova Escola recebeu

subsídio do governo federal e circula a mais de vinte anos entre os educadores, falando sobre dificuldades encontradas nas salas de aula, orientações para serem aplicadas na escola, entre roteiros de aula e planejamentos. Sendo assim, julgamos ser um material de fácil acesso aos professores com orientações pedagógicas referenciais.

Mas qual abordagem essa revista propicia sobre as relações étnico-raciais? Será que podem ser encontrados encaminhamentos que, de fato, auxiliam os professores na questão da diversidade racial?

Pretendemos analisar uma década da revista Nova Escola, de 2003 à 2013, desde janeiro de 2003 quando a Lei 10.639/03 foi promulgada e o período de dez anos da lei o que a revista publicou para que um novo currículo possa ser efetivado de fato. Foram levantadas, no total, cento e dez revistas, e nesse montante, apenas três trouxeram na capa o tema da cultura africana.

A edição de número 177 de novembro de 2004 “A questão racial na Escola” e edição de número 187 de novembro de 2005 com o título “África de todos nós”. Ambas as edições são do mês da consciência negra, o que nos leva a refletir que a revista retrata do assunto muito pouco e somente quando o tema é pertencente a data, sendo que ela, como órgão subsidiado do governo e no contexto da implantação da Lei 10639/03, deveria tratar do tema em todo o ano, trazendo dados, informações e orientações aos professores sobre a temática.

O terceiro número da revista que aborda o assunto é de maio de 2010 com o título “África em foco”, quando a África do Sul era sede da Copa do Mundo de futebol. Sendo assim se a revista Nova Escola, subsidiada pelo governo federal deveria dar subsídio para os educadores sobre a cultura africana, apoiando o novo currículo posto pela Lei nº 10.639/03, ainda falta muito, para desconstruir as diferenças entre brancos e negros.

Em seguida, investigamos as revistas do Professor no período de 2003 a 2013. Essa revista lança uma edição a cada trimestre. Dez revistas trazem matérias abordando o tema, sendo delas apenas uma com matéria de capa, que fala de um jogo africano “Mankala”, as outras abordam temáticas como: “Quilombos Brasileiros”, “África”, “Negros em Destaque”, “História Afro-Brasileira”, “Branquitude x Negritude”, “Abordagem lúdica da cultura Africana”, “Proposta de desmistificar diferenças étnico raciais na Educação Infantil”,

“Aceitando as diferenças étnico-raciais e culturais”. A revista dedica de quatro a cinco páginas para a temática, com informações importantes.

Valente (2005) esclarece que o tema deve ser levado além da sala de aula, envolvendo os professores e a família, orientando-os para desmistificar as ideias postas e construídas por gerações que discriminam os negros. Ter discussões sobre o assunto pode contribuir com a amenização do preconceito ou revelá-lo, podendo combatê-lo na escola, criando uma mudança de olhar, desconstruindo a imagem do negro e branco como feio e belo, além disso abrir o olhar que independente da cor somos todos capazes de pensar, ver, entender, a fim de acabar com o racismo na escola.

2. SURGIMENTO DO RACISMO

Desde os primórdios até os dias atuais pode-se encontrar diversas desigualdades no seio da sociedade; tanto a social, como a religiosa, a espiritual e principalmente a que irá delinear o tema deste trabalho, a desigualdade racial.

Sabe-se que não existe no mundo concreto a igualdade de fato, porém seu objetivo conceitual nos acompanha desde sempre, fazendo com que ao passar dos tempos a busca da concretização dessa ideia seja alimentada na esperança de aplacar as injustiças sociais ainda existentes.

Neste primeiro capítulo elaborado com base nas reflexões de estudiosos como Florestan Fernandes, Nilma Lino Gomes, Octavio Ianni e Weber Silva, abordaremos a história do negro, ainda que de forma breve, tendo em vista os limites da pesquisa de um TCC, veremos os caminhos que a população negra traçou para construir sua história e como foi desenvolvido o racismo na sociedade brasileira, que se reflete até os dias atuais.

Sabemos que é no bojo das dificuldades e conflitos que surgem ideias, questionamentos, pesquisas e espaços de interação onde muitos internalizam conceitos precedidos por outros para recriá-los e influir no meio e formam fundamentos de base para as direções da sociedade, são as pré-noções as condutoras dos fatos do cotidiano, por que são responsáveis pelos conflitos e

simultaneamente mola propulsora de desenvolvimento. Atualmente muito se fala em interação dos povos e diversidade, mas a perspectiva social mantém-se à disposição do homogêneo e, é esta disposição que inclina também ao preconceito social e racial, por trás destas ideias, estão camufladas muitas vezes a força de quem tem o poder de submeter e excluir grupos, pessoas e juízos.

Muitos são os debates sobre o princípio da igualdade¹, pois se sabe que este não pode ser vislumbrado de uma forma simplista ou superficial, devendo ser analisado com toda a complexão e dimensão de um princípio que se estrutura em valores bases para a fundamentação de várias normas de muitas constituições cidadãs, este princípio, não deve ser exposto de uma forma em que se resuma em tratar a todos de maneira igual.

No cotidiano social dos indivíduos está uma cortina de aparente igualdade, é neste cotidiano que ocorrem as primeiras interações dos sujeitos que está também a circulação livre de preconceitos em relação à quase tudo. Sendo assim, a realidade mostra que a discussão não pode ser adiada e que é oportuno o preparo para que se consiga em sociedade uma mudança de paradigmas.

O tratamento desigual da população negra, sim negra, pois aqui, com nosso referencial o termo que usaremos é negro para designar o preto, pardo e afrodescendentes, que é lesado por ter seu princípio constitucional ferido pela falta de ações e serviços que assegurem a finalidade dos seus direitos.

Esses grupos vulneráveis economicamente podem ser chamados de minorias. No ensino médio, o número de jovens brancos que frequenta a escola é 44,5% maior em comparação ao número de negros, já no ensino superior a frequência de brancos é maior cerca de três vezes (Gomes, 2012, p. 20). Minoria que é marginalizada dentro de uma sociedade, tanto em caráter econômico, social, cultural quanto físico e religiosos.

É necessário destacar que a expressão minorias, não se relaciona a um grupo em menor número em uma sociedade, mas, sim ao controle de um grupo dominante sobre os demais, sendo irrelevante o índice numérico.

¹ BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 33.

Em todo o Brasil, a população negra é apresentada como um forte componente da diversidade cultural brasileira. Contudo, do ponto de vista das políticas, das práticas, das condições de vida, do emprego, da saúde, do acesso e da permanência na educação escolar, a situação ainda é de desigualdade, preconceito e discriminação.

Na cultura e na sociedade, aprende-se a perceber, comparar, classificar, avaliar essas diferenças positiva ou negativamente. O problema é que, no contexto das relações de poder e de dominação, as classificações criam hierarquias, além e legitimar uns em detrimento de outros. Nesse processo, as diferenças são transformadas em desigualdades.” (GOMES, 2012, p.26).

E neste aspecto que refletimos para a seguinte questão: quais as políticas que tem sido criadas para superar o racismo na educação escolar?

Em 2003 foi promulgada a Lei 10.639/2013 onde diz no Art. 26-A “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira” e mais nos parágrafos 1º “O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” e 2º “Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.”

Esta Lei 10.639/03, busca superar os índices de desigualdade nas escolas que são reflexos da história do negro que se iniciou desde a escravidão, acentuou-se no século XIX, no período da formação da sociedade capitalista brasileira, como procuramos evidenciar acima. A Lei, tem o objetivo de promover uma educação que reconhece e valoriza a diversidade, comprometida com as origens do povo brasileiro, compreendendo que a diversidade étnico-racial é direito de todos, e dever de que todos aprendam a História da Cultura Afro-Brasileira e tomem um pouco dela para si.

A Lei n.10.639/03 é como uma vitória após a luta histórica que a população negra vivenciou, para que seja contada com o mesmo valor que foi

contada a história dos outros povos que para o Brasil vieram. No ponto de vista da política educacional, a Lei n. 10.639/03 é positiva para a população negra, e deve ser vista como uma etapa difícil ao conjunto de políticas que buscam a qualidade na educação brasileira.

Não com a intenção de tornar mais desiguais os desiguais, mas que desde jovens os indivíduos tomem consciência da problemática pela qual o negro passou desde suas origens, sendo inferiorizado pela cor, cultura, estado econômico e religião.

Diferenças existem entre muitos povos, mas o negro em específico foi explorado, maltratado, usado, torturado e descartado de forma brutal e desumana, atingindo-o após muitos anos e afetando até a presente data a forma como o negro se insere na sociedade. Até os dias de hoje ainda são vistos, como povo sofrido, sujo, pobre, inferior, sem estudos. Se veem um negro em melhores condições sociais desconfiam dele, preconceito que algumas vezes está de maneira internalizada nos indivíduos e é expressado de formas simbólicas, mas que ainda fere e desigualta os negros.

Esta situação, como procuraremos evidenciar, tem uma história antiga e enraizou-se na sociedade sendo necessárias muitas ações para que se altere este estado de coisas: a exclusão e o preconceito.

Nos primeiros anos do Brasil colônia, os jesuítas foram os responsáveis pelo ensino, principalmente, para atender aos filhos de colonizadores, mas também tiveram a incumbência de evangelizar os índios e escravos dentro dos moldes que lhes permitia impor uma nova língua e cultura àqueles que já viviam aqui ou que haviam sido trazidos de outro continente, como o africano. Criando, desta forma a submissão de todo legado histórico pertencente ao povo negro. A escravatura nasce da colonização. A pesquisa e a reinterpretação da escravatura compreendem um largo e fundamental capítulo da história da formação do povo brasileiro (IANNI, 1989).

Segundo Ianni (1989) havia a preocupação em serem mantidos como padrão de ensino, tudo o que estava nos moldes europeus e foi assim, até a vinda da família real, em 1808, um ensino que ia além da transmissão de saber e ciência, para ser também transmissora de valores e moral de uma maneira particular de pensar – baseada na exploração e na busca do lucro que se

concentrava nas mãos de uma minoria enquanto à grande maioria restavam os castigos que os forçavam ao trabalho incessante.

Reiteramos a importância do legado econômico e cultural de um povo que quase sempre, fundamentados em fatos históricos, sai em busca de diferentes regiões para explorar as riquezas e a força de trabalho e transfere condutas de uma época passada como verdades prontas e válidas no presente ou, ao menos como uma conotação de valores sobre fatos, por vezes equivocados.

A atitude preconceituosa ofusca a visão, tornando impossível à percepção da totalidade², seja por razões oriundas da desinformação fatural, seja um produto de emoções não elaboradas. Apoiados na inquietação ao se pensar que as intolerâncias sociais estão presentes no cotidiano, falamos na legitimação da diversidade que contemple grande parcela da sociedade, pois a Constituição de 1988 diz que “somos iguais perante a Lei”, mas não remove a percepção dos fatos.

Com o objetivo de manter este estado de coisas em que grandes parcelas de populações como os negros continuam a trabalhar em serviços pesados, como o plantio de cana de açúcar e café sob condições mínimas de salário e garantias trabalhistas.

A distinção de classes é notável, e recentemente também houve divisão de raças humanas distintas.

Os fatos- e não as hipóteses- confirmam que o mito da democracia racial continua a retardar as mudanças estruturais. [...] o mito –não os fatos- permite ignorar a enormidade da preservação de desigualdades tão extremas e desumanas, como são as desigualdades raciais no Brasil; dissimula que as vantagens relativas “sobem”-nunca “descem” – na pirâmide racial; e confunde as percepções e as explicações. (FERNANDES, 1989, p.17)

O feudalismo foi uma divisão da sociedade entre ricos, pobres e miseráveis, com o fracasso do feudalismo no fim do século XV surgiu o

²A categoria de totalidade significa (...), de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas (LUKÁCS, 1967, p.240) (1); Conjunto de todas as partes que formam um todo, soma (FERREIRA, 2009)

capitalismo, que em sua busca incessante de lucros e acumulação nas mãos da burguesia, deu margem a escravidão moderna.

A história é feita da individualidade de cada homem, mas não se torna uma história singular, pois os sujeitos são alienados as escolhas que se defrontam e que são vindas do passado, condições postas socialmente. Segundo Silva (2012, p.73) a ideologia moderna da inferioridade racial é explicada em suas origens no Absolutismo, em meio à batalha da aristocracia feudal para manter-se no processo de surgimento do capitalismo.

Na compreensão do que é o ser, sabemos que o trabalho transforma o homem, do ser natural ao ser social, pois é quando ele transforma a natureza criando novas realidades para si. O trabalho é o que diferencia o homem dos animais e a história está ligada a capacidade de os homens retirar os bens indispensáveis para as suas necessidades e sobrevivência, o processo do trabalho cria duas possibilidades, objetivação e exteriorização, em quanto uma homogeneiza os indivíduos a outra os separa (SILVA, 2012).

Ao estudar a colonização e a escravatura podemos entender melhor a dimensão histórica social do Brasil, história tal que não é composta apenas por estes dois momentos, quando o branco refletiu o índio como inocente avermelhado, caboclo, mameluco, e identificou o negro como escravo. As nacionalidades foram construídas pelo modo de pensar burguês, mas marca certamente como se formou o povo brasileiro (IANNI, 1989).

As identidades são construídas assim, no reflexo das imagens, semelhanças das diferenças e momento do todo. Sem refletir sobre o passado e saber que ela se ramifica no presente, é o fundamento, a base sobre a qual o presente foi construído, muitas vezes nos alienamos e nos conformamos, refletimos uns nos outros, e somos reflexo do que nos fazem refletido. Para que se possa descobrir sua identidade é necessário se desvencilhar dos estereótipos que o outro nos coloca, deixando a etnia, raça ou grupo que pertence.

É a partir dessa perspectiva que se constrói a autoconsciência, ser para si. Somente a partir deste ponto começa a construir-se a singularidade do subordinado, discriminado, subalterno, alienado. A autoconsciência do índio e branco, negro e branco, pai e filho, homem e mulher, senhor e escravo, ambas se constituem reciprocamente. [...] (IANNI, 1989, p.76)

O padrão que temos hoje no trabalho, os grupos dominantes da atualidade são reflexo do poderio do conquistador da colonização que submetia o povo a exploração serviçal no começo do século XX. Ianni (1989) explicita que a escravidão condenou as condições de trabalho ao longo de quatro séculos, sacrificou o modo de vida de indígenas, africanos, suas culturas, línguas, etc. A cor da pele determinou quem seria os escravos. A divisão do trabalho se dava pela cor da pele, assim o negro passou a ser inferiorizado e perdeu sua condição de humano.

Os índios na colonização do Brasil não estavam desprovidos de coragem e luta, e não deixaram os portugueses invadirem suas terras como quisessem, eles batalharam por sua liberdade. A visão que fizeram do índio sempre foi errônea e sua história não foi contada com todos os fatos de sua luta, diante da colonização os aspectos social, cultural, político e econômico desvendam a história dos indígenas.

Portugal marcou uma nova era escravista, pois se aproveitou do comércio e tráfico e o fato de o continente africano não ter forças produtivas (SILVA, 2012) foi um fator predominante para que os europeus tirassem dali à mão de obra escrava, uma escravidão puramente comercial, em busca pela expansão do capital industrial com base no trabalho escravo. A humanidade do negro é afastada do gênero humano objetivo e subjetivo, segundo SILVA (2012, p. 27) a divisão racial resultante da escravização de negros, enredada em complexos alienantes objetivos e subjetivos, gerou justificações ideológicas surgidas com as condições existentes.

O capitalismo burocratiza a práxis e introduz na vida humana esse dilaceramento histórico que é aceito como condição humana. O progresso e a história humana foram trocados pela economia de mercado, dando margem a apropriação individual da riqueza social.

[...] tem uma base objetiva a partir da qual são geradas as ideias e preconceitos raciais [...] as relações sociais e históricas desenvolvidas pelos homens são o fato gerador do pensamento que opera uma divisão racial entre os homens". (SILVA, 2012, p. 43).

Fernandes (1989) esclarece que no processo de colonização no Brasil os índios foram à mão de obra utilizada para retirar as matérias primas, como o pau-brasil, em troca de escambo. Quando começaram a fazer cultivo de cana-de-açúcar os indígenas não resistiram às regras e organização do trabalho, assim os portugueses trouxeram mão de obra escrava dos africanos para o Brasil. Porém, devemos acrescentar sempre a esta questão o fato de que a captura e o tráfico de contingentes negros ser um comércio rentável de forma que os comerciantes negreiros, traziam negros para o Brasil os expunham nas feiras e os vendiam como sendo mais fortes fisicamente, mais resistentes ao trabalho pesado e com maiores dificuldades de fugas pois não conheciam os territórios brasileiros e demoravam um tempo até aprender a língua portuguesa.

A relação entre senhores e escravos era violenta pois os negros eram acorrentados e torturados cruelmente sob a menor rebeldia ou se fizessem “corpo mole” no trabalho que chegava a ser de 16 a 18 horas ao dia. Toda a riqueza produzida nas colônias se ergueu nas bases do regime de governo colonial e da escravidão, onde sempre o mais poderoso economicamente se munia de armas e de capangas e se colocava como superior, acima de todos exercendo seu papel de poder sobre os cativos dominados. Além das armas, da força bruta, dos castigos, usava-se também da religião e do poder do Estado, dominado pela burguesia, para oprimir a minoria trabalhadora (FERNANDES, 1989).

A economia do mercado mundial, seja no Brasil ou na Inglaterra foi consolidada com o trabalho de negros escravizados no decorrer do Século XVI ao Século XIX, onde o explorador capitalista produziu a imagem do negro como subalterno inferior, dominado e discriminado. O negro era privado na sociedade por conta de sua cor e de sua condição como indivíduo privado de autonomia e liberdade, pois sua emancipação após o abolicionismo foi impedida por falsos ideais humanitários, “a abolição não passara de uma artimanha, pela qual os escravos sofreram a última espoliação” (FERNANDES, 1989, p. 33).

Em meados do século XIX, no âmbito do capitalismo industrial que buscava novos mercados consumidores e dos movimentos sociais dos trabalhadores europeus que denunciavam a questão da exploração da força de trabalho humana, o Brasil cedeu às pressões inglesas e aprovou, em 1850, a Lei Eusébio de Queiróz que acabou com o tráfico negreiro. Mais para o final do

século, em 1871, foi aprovada a Lei do Ventre Livre que libertou da escravidão os filhos de escravos nascidos a partir daquela data. No ano de 1885 foi promulgada a Lei dos Sexagenários que libertou os escravos com mais de 60 anos de idade. E, no final do século XIX, a escravidão foi mundialmente proibida. No Brasil, a abolição se deu em 13 de maio de 1888 com a promulgação da Lei Áurea, feita pela Princesa Isabel. Sobre a abolição Fernandes explicita que foi,

[...] uma precipitação e uma decisão prematura, pois a escravidão estava condenada ao desaparecimento: ao intervir nos interesses privados dos fazendeiros, o Estado obrigava-se a enfrentar o ônus de promover e financiar a intensificação da importação de mão de obra estrangeira [...] (FERNANDES, 1989, p. 31).

Conforme o autor, se por um lado a lei trouxe a liberdade jurídica aos escravos, trouxe também benefícios econômicos aos fazendeiros na importação de mão de obra europeia, e, por outro lado, passou a excluir os negros que ficaram sem moradia, sem condições econômicas de sobrevivência e abandonados pelo Estado que era, no período, ocupado pela elite burguesa dos fazendeiros.

Frente a essa situação, ex-escravos negros tiveram sua força de trabalho descartada ou enfrentaram situações de semiescravidão tendo sido em algum grau, aproveitados em trabalhos precarizados. Diante da situação vivenciada pelos negros tanto no período de escravidão como após a abolição e a proclamação da República discursos políticos, livros, jornais e artigos descreveram a existência de uma harmonia entre as raças, ideologia de igualdade do negro com os brancos, afirmando-se que ele não era mais um ser servil e não oferecia medo, porém os fatos são que a democracia racial não passou de uma invenção, talvez intencionada, talvez cruel pois, “o ardil da democracia racial fictícia, cuja função é aprisionar os negros dentro de paradoxos que conduzem à negação de si próprio, constrangê-lo a ver-se como ele pensa que é visto pelos brancos” (FERNANDES, 1989, p.26).

Muitos negros após a abolição foram para a zona urbana de São Paulo procurar melhoria de vida em meio a uma sociedade burguesa que iniciava um processo de industrialização. Nas cidades moravam nas ruas ou em cortiços,

sem acesso às mínimas condições de cidadania e passaram a ser culpabilizados dos crimes e da violência.

Siqueira (2013), contribui afirmando que,

A grande migração de famílias negras em direção aos centros urbanos no alvorecer do século XX reforçou a associação da criminalidade à raça e à origem social. Numa guinada ideológica, crimes diversos eram atribuídos a uma suposta natureza da população negra e à sua herança da escravidão, ou seja, fruto de cidadãos incompletos (em termos raciais e sociais para os cientistas da época) numa nova ordem burguesa, capitalista e urbana.

Esses mesmos que viam os negros como supostamente inclinados ao crime, no entanto, silenciavam sobre as péssimas condições de vida nas cidades, marcada pelos problemas de saneamento e epidemias, pela falta de escolas e pelas políticas públicas discriminatórias de uma elite política que desenhava uma nação que deveria apagar seu passado escravista e a memória dos descendentes do cativo. Eliminava-se o escravo, mas inventava-se o negro/preto como uma marca social negativa. Libertava-se o trabalhador e instituía-se legalmente a ideia de “vadiagem” para controlá-lo. (SIQUEIRA, 2013, p.3)

Estas informações evidenciam que os negros foram colocados na sociedade com uma liberdade incompleta, pois não havia lugar para eles na nova sociedade que se industrializava e urbanizava. Brutalizados, excluídos do conhecimento e tratados como sub-humanos, após a abolição não receberam preparo educacional, moral e material para viver nessa nova sociedade e sem ter quem os acolhessem.

Fernandes (1989) esclarece que alguns negros encontraram trabalho em localidades menores, mas ainda assim o trabalho não era bem aceito, pois não queriam se subordinar a trabalhos que lembrassem a dura e violenta vida passada, e os senhores brancos ainda os viam como escravos.

Desta forma, essa parte da população não foi incluída na nova sociedade de classes, ficou sem assistência, sem teto, sem trabalho, sem escola e sem direitos. Foram substituídos pelos mais preparados e experientes imigrantes brancos europeus, que chegaram ao Brasil e começaram a fazer fortuna no comércio, arquitetura, etc.

[...] Promoção, reconhecimento de valor e acesso a vários empregos são negados por causa da condição racial, embora os pretextos apresentados escondam as razões verdadeiras. Para a massa de população negra a questão é ainda mais grave que para suas elites. [...] defronta-se com o peso de um bloqueio insuperável e de uma forma de dominação racial hipócrita, extremamente cruel e camuflada, que aumenta a exploração do negro, anula suas oportunidades sociais, mas ao mesmo tempo, identifica o Brasil como um país no qual reina a harmonia e igualdade entre as raças. (FERNANDES, 1989, p. 22; 23)

Naquele momento, os burgueses viam a mão de obra europeia que estava sendo importada com subsidio do Estado como uma oportunidade de alavancar a economia e aumentar seus lucros. Os empresários e industriais burgueses passaram a preferir a mão de obra dos imigrantes europeus que já estavam acostumados com a disciplina do trabalho fabril urbano (manuseio de máquinas, linhas de produção) e por isso, eram vistos como agentes naturais do trabalho livre. “Os empregadores consideravam os “trabalhadores livres” recém-chegados uma opção melhor, mais racional e compensadora!”. (FERNANDES, 1989, p.21)

Assim, os negros foram descartados, sendo vistos como vagabundos, irresponsáveis, analfabetos e que não sabiam cumprir acordos de um contrato de trabalho.

A “revolução” burguesa com a promessa de modernização do Brasil se desenvolveu sob a exploração do povo pobre e imigrante nas diferentes regiões do país e não discutiu e nem propôs soluções para os graves problemas de desigualdade criado no contexto da abolição. A moderna sociedade capitalista que se instalava trazia novas exclusões com implicações econômicas, culturais e políticas. Desta forma, em decorrência da herança de exclusão, abandono e violências impetradas contra os negros, tanto no período da escravidão, como após a abolição, na atualidade, ainda existem problemas originados por essa não organização da sociedade liderada pelos burgueses. (FERNANDES, 1978)

Os negros foram sequestrados e expropriados de sua terra natal, vendidos pelo tráfico negreiro por empresários que enriqueceram deste comércio humano e, uma vez nas colônias, se tornarem submissos ao trabalho escravo sendo depois por meio da abolição da escravidão, libertos a um destino desumano, sem condições de organizarem suas vidas, se prepararem e se adequarem à realidade.

Passaram a viver nas favelas, nas ruas das grandes cidades, nos cortiços na zona rural, como agregados em casas de famílias (trabalhando em troca da comida e estadia), ou iam viver em quilombos que eram frequentemente invadidos por interesses de expansão agrária dos fazendeiros.

Em meio a essa nova sociedade e o mercado de trabalho que havia “sobrado” para a população negra, se formaram dois grupos distintos no pós-abolicionismo, os “negros da casa grande” e os “negros do eito”. Os negros da casa grande tiveram mais chances, pois mesmo que de forma rudimentar sabiam ler ou escrever e não somente o trabalho difícil da lavoura, e também conseguiam o apadrinhamento de algum ex dono branco, assim conseguiam trabalho em alguma casa ou em um cargo público bem inferior, o que, para o período, já era alguma coisa. Porém, aos negros do eito que não haviam aprendido a ler e escrever e não tinham tido oportunidade de aprender “bons costumes” e “boas maneiras”, não lhes sobraram oportunidades de emprego. (FERNANDES, 1978)

Segundo Fernandes (1978) os costumes da sociedade burguesa individualistas e competitiva no estado de São Paulo não condiziam com o estilo de vida do povo negro despreparado e abandonado. Consequentemente essa incompatibilidade de vidas refletia no desenvolvimento econômico e social, e as oportunidades que surgiam para essa parcela oprimida da sociedade, não correspondia as suas necessidades. Desenvolvimento tal que era imprescindível para a organização da vida do negro, porém eles não encontravam oportunidades para participar desse desenvolvimento necessário.

Como se não bastasse, os negros sofreram com a falta de escolarização, devido a forma como os negros vieram para o Brasil e a necessidade do período ser a mão de obra, leitura e escrita e o ingresso nas escolas não era prioridade para as crianças negras (FERNANDES, 1978). As crianças não ingressavam na escola com o objetivo de que não se desapontassem no futuro, pois na visão daquele momento, o negro não podia ter sonhos e esperanças de uma vida melhor. Ir para a escola poderia despertar confiança e expectativas otimistas, das quais achavam que era perda de tempo.

A família negra, ao não permitir que seus filhos fossem à escola, não lhes possibilitaram a oportunidade de criar ferramentas de luta por condições de vida melhor, consequentemente empregos melhores e salários melhores. Custaram

a perceber que a não escolarização prejudicaria na preparação para lidarem com as árduas dificuldades que surgiriam em seus caminhos. (FERNANDES, 1978)

Muitas famílias negras da zona urbana, devido suas precárias condições de vida e a exclusão que viviam, acabaram acreditando que o estudo das crianças alimentaria sonhos de serem alguém melhor um dia, e que isso lhes traria frustrações. Há ainda o medo que os pais tinham de seus filhos sofrerem violências, perseguições ou serem discriminados na escola pois além do preconceito que se criou contra os negros, as crianças não tinham roupas, calçados e materiais escolares. Muitas das crianças tinham que se integrar desde muito cedo em trabalhos familiares para ajudar no sustento. (FERNANDES, 1978)

Essa crença, associada às dificuldades de acesso à escola atrasou o futuro de mais de uma geração. Os negros libertos nunca foram tratados como iguais, as marcas herdadas da escravidão foram levadas por anos, e pensar em uma democracia racial é pensar em uma falsa ideologia.

Segundo Fernandes (1978) também houve distinção entre as mulheres e homens negros, pois muitas conseguiram um meio de trabalho em suas próprias casas como lavadeiras, engomadeiras e costureiras, enquanto os homens que não tinham ocupação ficavam a mercê da bebida alcoólica se encontrando em bares pensando e ocupando-se com sua desgraça.

O negro se defrontou com condições de trabalho tão duras e impiedosas como antes. Os que não recorreram à migração para as regiões de origem repudiavam o trabalho “livre”, que lhes era oferecido, porque enxergavam nele a continuidade da escravidão sob novas formas. Para sempre livres, eles tiveram de arcar com a opção de se tornarem “vagabundos”, “boêmios”, “parasitas de suas companheiras”, “bêbados”, “desordeiros”, “ladrões”, etc. (FERNANDES, 1989, p.57).

Em meio às situações vividas do povo negro, os jovens não escaparam, pois desde cedo os negros (meninos e meninas) conheceram a sexualidade e em algumas vezes foram abusados em relações heterossexuais e homossexuais. Jovens negras se tornaram mães solteiras sem saber quem era o pai de seus filhos. E no pior das situações meninos e meninas foram para a vida “não ordeira”, se prostituindo, roubando, etc. conseguindo dinheiro rápido (FERNANDES, 1978).

Conforme Silva (2012) nos estudos de Marx é possível compreender que a acumulação primitiva é ponto de partida do desvelamento de que a burguesia é a grande contribuinte para a melhoria da vida dos pobres, quando na verdade não é. A burguesia desempenhou o papel de escravista, expulsou trabalhadores de suas terras, escravizou indígenas, negros e populações colonizadas em diferentes partes do mundo para obter e acumular fortunas. Explorou a força humana de trabalho dos expropriados e se apossou das terras produtivas deixando populações a mercê da própria sorte, para viverem nas ruas como vagabundos, podendo ser então tratados como escravos temporários ou vitalícios. (SILVA, 2012)

Segundo Silva (2012) esse processo histórico explica que o racismo vem de antes, desde as brigas no absolutismo entre clero e nobreza feudal, contra a burguesia e nobreza progressista. O pensamento filosófico-científico sobre a questão passa por três etapas, primeiro progresso hegemônico, que contribuiu com o pensamento filosófico científico, mas também não escapou do preconceito racial, “O negro exhibe o homem natural em seu estado completamente selvagem e indomado. Devemos deixar de lado toda ideia de respeito e moralidade” (SILVA, 2012, p. 48). A segunda etapa foi o abandono do humanismo, historicismo concreto e razão dialética e, na terceira etapa a filosofia ideológica burguesia irracional e com a miséria de razão.

Silva (2012) explica que é no campo do empobrecimento da razão na filosofia-científica burguesa que surge o racismo, na nova filosofia está a coisificação do ser social e o anti-humanismo, como uma nova sociabilidade na divisão social do trabalho.

Segundo Siqueira (2013), a propalada superioridade da raça branca era parte constitutiva da ideia de “progresso”, lembra o historiador Eric Hobsbawm. No século XIX, os maiores países europeus passam a ser, com hierarquias variadas, centros de poder imperial, conquistando colônias na África e na Ásia. Havia um nó teórico a ser desatado: como regimes liberais, lastreados nas ideias da Revolução Francesa (1789), poderiam colonizar nações inteiras, subjugando povos e culturas a seus desígnios? É nesse ponto que surgem as primeiras teorias racialistas para justificar a superioridade intelectual, física e moral do europeu branco.

Surge assim, na modernidade, um conceito de raça, baseado nas características físicas, regionais e linguísticas, onde o negro é intitulado, desde a antiguidade, com características de imperfeição, maldade e impureza. Nos argumentos raciais, com a miscigenação dos povos, se o povo se misturasse, não poderia mais haver uma “pureza racial”.

Desta forma, nobres como o Conde francês Gobineau reintroduziu as teses racistas em meio aos intelectuais decadentes. Comparações entre os tipos físicos, como exemplo o tamanho do crânio foi usado para diferenciar e exaltar a raça branca como superior a negra, pensamento que foi se modificando e tornando-se mais cruel até alcançar o nazismo no século XX com Rosemberg e Hitler. (SILVA, 2012)

A obra de Gobineau é a primeira em que a teoria racista moderna adquire uma influência notável, o que encerra uma importante significação histórico- social. Por muito que seu autor partisse, pessoalmente, dos interesses e considerações de classe da nobreza feudal, vivia e pregava suas ideias no seio de uma sociedade em que os desejos da nobreza por reconquistar suas velhas posições herdadas já há muito tempo tinham vindo por terra como uma utopia reacionária, passando a ocupar o centro das preocupações na luta defensiva da burguesia contra os avanços do proletariado (combates de junho de 1848) (LUKÁCS, 1958, p. 541, apud, SILVA, 2012, p. 61).

Por muito tenta se explicar a diferenciação das raças, seja geneticamente ou biologicamente, contudo segundo os autores citados por Silva (2012) a raça é o mesmo que fenótipo, portanto não pode classificar hierarquicamente os grupos sociais. A racialização não deixa de ser uma desigualdade, alienação da necessidade de separar os povos por suas diferenças físicas.

A burguesia europeia se aproveitou das ideias racistas da nobreza decadente e agia sob interesse econômico para obtenção de lucro com o comércio de vidas humanas dos povos da África. Colocava homens, mulheres e crianças nos porões fétidos dos navios levando milhares de negros à morte ou ao cativeiro. Enxergavam os africanos como mercadoria pois justificavam seus atos com base nas teorias racistas do período e dizia que os homens negros por pertencerem a culturas diferentes, estavam no estado natural e dessa forma viam-se superiores. Contudo devemos ter a clareza de que nas diferentes regiões do mundo haviam diferentes formas de organizar a vida, a produção e o

trabalho. As sociedades africanas não eram capitalistas, viviam em economias solidárias e familiares, viviam em clãs e por isso os burgueses diziam que eram atrasados e precisavam ser civilizados.

O burguês branco europeu após expulsar os camponeses do campo na Europa e se apropriar das terras e demais meios de produção, reuniu forças e riquezas para viajar pelo mundo e explorar diferentes regiões escravizando povos e roubando as riquezas como ouro, prata e madeiras. (SILVA, 2012)

Para justificar o roubo e a exploração humana, desde os primórdios do capitalismo, a classe burguesa desenvolveu teorias preconceituosas que buscavam atestar a inferioridade de raças.

[...] O racismo enquanto expressão ideológica da alienação operada a partir da base material de produção se apresenta para cada indivíduo de forma diferente, mediante sua posição de classe, por ser um fenômeno que atua incisivamente sobre as consciências como um fenômeno universal. Isto é, o racismo aparece como uma deformação ideológica da autoimagem do homem – deformação esta integrada organicamente ao processo e luta de classe instaurado no plano econômico, nas relações de trabalho [...] (SILVA, 2012, p.101).

A ideia de multiculturalismo divulgada por organismos internacionais (FAUSTINO, 2011), segundo a autora, veio como forma de homogeneizar a sociedade e pode ser visto como uma alienação que tenta mascarar o racismo, afirmar que o mesmo já não existe, uma vez que são aceitas e toleradas as diferenças culturais.

As políticas criadas no Brasil sob orientação dos organismos internacionais, para combater o racismo podem reforçá-lo ainda mais pois trata a questão apenas no âmbito cultural, deixando intocadas as questões econômicas históricas que remontam ao período da abolição e que excluíram os negros do acesso aos meios de produção e ao conhecimento.

Para que acabe a alienação racista que está impregnada nos sujeitos é necessário que também se acabe com todas as outras formas de dominação e alienação do homem sobre o homem, de uma classe sobre a outra e isso só seria possível com o fim da sociedade capitalista.

Sendo assim, grupos que se organizaram com práticas e lutas políticas antirracismo antes e após a abolição que chega até os dias atuais. Tais

organizações passaram por diversos conflitos e contradições (GOMES, 2011). Com a ditadura militar implantada no Brasil em 1964, após um golpe da burguesia capitalista apoiada por militares da direita, para frear os direitos sociais que vinham sendo conquistados, os grupos contra a discriminação social foram perseguidos, torturados e extintos; porém, suas ideias e bandeiras de luta não foram apagadas.

Somente com o final da ditadura, em 1984, os movimentos negros ganharam força novamente, retomaram as reivindicações tendo destaque na sociedade, entre eles o Movimento Negro Unificado (MNU) e o Movimento das Mulheres Negras. O movimento negro desvela a necessidade do estudo da história e cultura negra nas escolas, de forma verdadeira e fidedigna, não estereotipada como é possível observar nos livros didáticos. E tem cuidado para que haja democracia nos diferentes segmentos étnico-raciais.

Em 1995 foi entregue ao então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial. E a partir de 2003, com o primeiro governo de Lula – Luis Inacio Lula da Silva, mudanças foram implantadas para alterar o quadro das desigualdades raciais, com iniciativas na criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), tendo sido sancionada a Lei nº 10.639/2003 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais a Educação das Relações Étnico-Raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Essas conquistas foram alcançadas com a organização, luta e reivindicações do Movimento Negro no Brasil, com apoio de pesquisadores da área, em busca pela igualdade de raças.

Gomes (2011) afirma que nas teorias pedagógicas não há espaço para os movimentos sociais, sendo assim os movimentos ficam como se não existissem, ficam na razão metonímica. Nesta nuance é necessária uma pedagogia das ausências que dê margem para a realidade e os acontecimentos sociais, neste caso, da comunidade negra.

As ações afirmativas representam uma esperança para o movimento negro, que, a partir delas encontra espaços para desenvolver projetos da trajetória histórica do negro, buscando a superação da exclusão – carência social, econômica e política causada pelo racismo. [...] As ações afirmativas trazem para o cerne [...] os saberes identitários, políticos e corpóreos construídos

pela comunidade negra e sistematizados pelo movimento negro brasileiro. [...] (GOMES, 2011 p.53). Nelas há a discussão de quem é branco e de quem é negro, desse conflito refletimos que a identidade negra tem de ser reconhecida pelo negro, num processo de identificação com o outro.

Não basta, no entanto, o reconhecimento das identidades, os negros necessitam ter os mesmas oportunidades econômicas que os demais membros da sociedade brasileira pois, caso contrário, continuará sendo excluído e vivendo à margem do conhecimento.

Confrontando as definições das raças verifica-se que o termo “Negro” segundo o dicionário Aurélio, significa: 1. De cor preta. 2. Diz-se dessa cor, preto. 3. Diz-se do indivíduo de raça negra. 4. Sujo, encardido, preto. (...) 6. Muito triste, lúgubre. (...) 7. Melancólico, funesto. (...) 8. Maldito, sinistro (...) 9. Perverso, nefando (...) (sinônimo) 10. Indivíduo de etnia ou raça negra. 11. Escravo. 15. Homem, pessoa, indivíduo, nego, neguinho.

O dicionário Aurélio dá a definição de branco como: 2. Da cor da neve, do leite, do cal, alvo, cândido. 3. Diz-se das coisas que não sendo brancas, têm cor mais clara que outras da mesma espécie (...) 4. Claro, transparente, translúcido. 5. Pálido descorado. (...) 6. Prateado, argentado. (...) 8. Diz-se do indivíduo da pele clara. (figurativo) 9. Sem mácula, Inocente, puro, cândido, ingênuo (sinônimo) 10. A cor branca. (...) 13. Homem de pele branca. 27. Senhor, patrão. 28. Pessoa de alto nível social.

Com essas definições devemos refletir quais as reparações históricas que darão conta de marcas como essa na imagem do negro, que por conta de seu passado ficou e é visto como sujeito inferior, por muito que queiram delinear a diversidade dos povos no Brasil, essa marca ainda precisa de muito para ser apagada, quebrar a imagem de que negros e negras sorridentes possuem as mesmas oportunidades e convivem em harmonia com brancos.

Observa-se assim, que, independentemente de ter se passado 500 anos de submissão do povo negro aos ocidentais, burgueses europeus mercantilistas e capitalistas que os colonizou, explorou e dominou, o corpo é mais evidente que a razão, o corpo negro, a cor da pele é mais forte do que os bons sentimentos e interfere no que os outros pensam de nós. Os currículos escolares conservarão uma cultura escolar repleta “de uma complexidade de conflitos provenientes das

diferentes referências de identidade construídas pelos sujeitos nas relações sociais e no processo cultural” (GOMES, 1996, p.90)

Os desiguais tornam-se mais desiguais, é necessário que desde crianças os indivíduos saibam da exclusão pela qual o negro passou desde suas origens, sendo inferiorizado pela falta de acesso a recursos econômicos; pela cor, cultura e religião diferentes.

O mito da democracia busca legitimar a igualdade, e ao mesmo tempo abrandar o reconhecimento da desigualdade racial como problema nacional (THEODORO, 2008). Movimentos negros ou em prol dos negros promoveram, e ainda promovem, a desconstrução do mito da democracia racial, e este é o estado da consolidação da temática racial no Brasil, a questão racial está em processo de andamento, enquanto sua consolidação é impedida por obstáculos e dificuldades. Em meio a esses contrapontos estão situações, que algumas vezes esta de maneira internalizada pelos indivíduos, e ainda fere e desigualdade os negros nas situações cotidianas e até mesmo em situações escolares.

Concernente à estruturação da identidade racial negra no Brasil, é um assunto tomado por grande complexidade, devido às raízes discriminatórias que foram plantadas ao longo da história. É notório o quanto que a população brasileira foi bombardeada por ditames que tinham por objetivo a desvalorização da cultura africana, no sentido de diminuir tanto aspectos físicos quanto psicológicos herdados pelos descendentes dos africanos. É fato que a discriminação racial está presente na sociedade moderna desde o seu surgimento, pois inicialmente criou-se um discurso que posicionou o negro em grau de inferioridade, em nível de conceitos miseráveis estruturados mediocrementemente na cor para justificar a exploração, os castigos físicos, a separação das famílias, o abuso sexual e todas as demais atrocidades cometidas contra os negros. (SANTOS, 2005)

É certo que a sombra do passado colonial do Brasil continua presente, pois é evidente que mesmo tendo passado mais de cento e vinte anos da abolição da escravatura, é fácil perceber quais heranças carregam os netos e bisnetos de cerca dos três milhões e seiscentos mil negros africanos escravizados no Brasil (MINHOTO, 2013).

Os acontecimentos do passado, como a escravidão que durou mais de 300 anos, e as ações de exclusão e preconceito realizadas pela burguesia

brasileira após a abolição da escravatura definem a posição do negro na sociedade de classes até hoje no Brasil. Houve uma concorrência desleal no acesso à terra, trabalho e educação, dos recém-libertos, com os imigrantes, que foram trazidos ao Brasil partir de 1850 com o objetivo de branquear a sociedade, fornecendo-lhes recursos aos últimos, que nunca foram dados aos escravos.

A Revista Exame, em 2014, disponibilizou informações em que a população negra brasileira ainda enfrenta um abismo de desigualdade. São os negros as maiores vítimas da violência e os que sofrem mais com a pobreza. Eles têm pouca representatividade nas esferas políticas e tem renda média muito menor que a dos brancos. A reportagem de Souza (2014) NA Revista Exame mostra que a população negra é também mais vulnerável à pobreza.

Sete (7) em cada dez (10) casas que recebem o benefício do Bolsa Família são chefiadas por negros, segundo dados do estudo Retrato das desigualdades de gênero e raça, do Ipea. O perfil dos domicílios das favelas brasileiras também aponta para o abismo social que ainda persiste entre brancos e negros no Brasil. Dois terços das casas presentes nestas regiões são chefiadas por homens ou mulheres negras. [...] A taxa de analfabetismo entre os negros (11,5) é mais de duas vezes maior que entre os brancos (5,2). O estudo mostra ainda que a renda salarial dos negros é 40% inferior à renda dos brancos. (SOUZA, 2014)

A partir desses dados e do estudo realizado, evidencia-se que a desigualdade social é presente nos dias atuais; dessa forma o implemento de políticas públicas, por exemplo, as ações afirmativas, contribuem com a promoção do combate ao racismo, porém as condições econômicas precisam ser levadas em conta quando se aborda o tema e não apenas questões de reconhecimento cultural e indentitário feito em muitos dos estudos da área.

É sobre as ações afirmativas que discutiremos no próximo capítulo com o objetivo de verificar como vem sendo organizada no Brasil em relação à inclusão e enfrentamento do preconceito e discriminações de pessoas negras.

3. RACISMO, LEGISLAÇÕES E A LEI 10.639/2003

No capítulo anterior foi possível compreendermos que a identidade pessoal dos sujeitos a formação da família e da sociedade em geral é reflexo dos acontecimentos econômicos do passado colonial, mercantilista e capitalista que explorou a mão de obra negra para enriquecer e acumular fortunas sendo que, após isso, ao serem abolidos, os negros foram jogados nas ruas para viverem à própria sorte.

Após a abolição, as pessoas negras não encontravam empregos por não terem formação para o novo tipo de trabalho urbano e por terem sido extremamente discriminados; considerados ignorantes e sofreram com o preconceito que se construiu sobre eles após serem abolidos, não encontraram terras para morar e plantar suas roças pois as terras todas no Brasil tinham sido tomadas pelos fazendeiros.

Ao estudarmos a história para compreender a origem da discriminação e do preconceito racial que os negros ainda sofrem no Brasil, pudemos perceber que muitas foram as estratégias para excluir ex escravos e seus descendentes das oportunidades de trabalho, moradia e educação.

A burguesia, antes de abolir a escravidão adquiriu garantias legais de posse de todos os bens de produção. A Lei de Terras que impedia o acesso a negros e índios foi aprovada em 1850, juntamente com a Lei Eusébio de Queirós, em 1850 que anunciava já, o fim próximo da escravidão no Brasil.

Os brasileiros descendentes dos ex cativos, escravos, não foram tratados com dignidade, e tais condições são transmitidas para filhos netos, bisnetos, etc.

Termos como ação afirmativa³, desigualdade⁴, discriminação⁵, preconceito⁶, racismo⁷ e segregação racial⁸ serão abordados neste capítulo.

Averiguamos que não é difícil perceber que as condições da população negra são visivelmente desiguais quando se estabelece um paralelo com a população branca. Pois devido a uma ordem depreciativa da sua história, tiveram uma dificuldade maior de obtenção de espaço no mercado de trabalho, sendo o preconceito o não acesso à terra, ao trabalho, à educação as maiores armas de exclusão no que tange as oportunidades de elevação social, de que a sociedade capitalista se utilizou e ainda se utiliza nos dias atuais.

Ao recordar da abolição no ano de 1888, verifica-se que os negros escravizados, quando colocados em liberdade a partir da assinatura da Lei Áurea, não passaram a ter efetivamente todos os direitos pertencentes a todos os brasileiros, pois na época nenhuma medida foi tomada pelo Estado burguês para garantir uma vida digna a grande população de ex-escravos e de seus descendentes que haviam produzido, com seu trabalho, todas as riquezas do país. Conforme Minhoto (2013), nesta sociedade em que se valoriza a

³ Ação afirmativa 1. Programa governamental ou de instituição ligada ou não ao governo, que busca atenuar, ou mesmo diminuir os efeitos da discriminação ou da desigualdade social. 2. Qualquer medida de caráter temporário, instituída pelo Estado, com tal finalidade.

⁴ Desigualdade 1. Qualidade ou estado do que é desigual. 2. Relação entre os membros de um conjunto, que envolve os sinais de “maior que” ou “menor que”; inequação.

⁵ Discriminação 1. Ato ou efeito de discriminar. 2. Faculdade de distinguir ou discernir, discernimento. 3. Separação, apartação, segregação. 4. Eliminação de todos os sinais que entram num circuito, exceto aqueles que têm uma determinada característica de fase [...] Discriminação racial. Segregação Racial.

⁶ Preconceito 1. Conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos; ideia preconcebida. 2. Julgamento ou opinião formada sem se levar em conta o fato que os conteste; prejuízo. 4. Suspeita, intolerância, ódio irracional ou aversão a outras raças, credos, religiões, etc: O preconceito racial é indigno do ser humano.

⁷ Racismo 1. Tendência do pensamento, ou modo de pensar em que dá grande importância à noção da existência de raças humanas distintas. 2. Qualquer teoria que afirma ou se baseia na hipótese da validade científica do conceito de raça e da pertinência deste para o estudo dos fenômenos humanos. 3. Qualquer teoria ou doutrina que considera que as características culturais humanas são determinadas hereditariamente, pressupondo a existência de algum tipo de correlação entre as características ditas “raciais” (isto é, físicas e morfológicas) e aqueles culturais (inclusive atributos mentais, morais, etc.) de indivíduos, grupos sociais ou populações. 4. Qualquer doutrina que sustenta a superioridade biológica, cultural e /ou moral de determinada raça, ou de determinada população, povo ou grupo social considerado como raça. 5. Qualidade ou sentimento de indivíduo racista, atitude preconceituosa ou discriminatória em relação a indivíduo considerado de outra raça.

⁸ Segregação racial. Política que objetiva separar e / ou isolar no seio de uma sociedade as minorias raciais e, as sociais, religiosas, etc.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa – 4 ed.- Curitiba. Ed. Positivo; 2009.

mercadoria, o ser humano é reduzido a coisa, a partir do momento que não exerce a liberdade que deve ser própria do homem. Neste contexto identifica-se a identidade do negro como uma identidade renunciada, devido à necessidade de se contextualizar nas relações sociais, através de padrões europeus, submetendo sua própria ideologia capitalista, como se para ser admitido em meio à sociedade o sujeito negro tivesse que extinguir sua cultura e embranquecer sua postura. Contraria-se assim o que foi estabelecido universalmente: “Art. VI, Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei” (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, p.12).

Visando combater as sequelas que persistem provenientes de um passado de exclusão e discriminação, é necessária a implementação de políticas administrativas pelo Estado, efetivando o princípio da isonomia por meio de ações afirmativas que se colocam como uma discriminação positiva, com o objetivo de igualar grupos socialmente vulneráveis.

A Declaração Universal de Direitos Humanos é clara a definir que

Todos são iguais perante a lei e têm direito sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação (art. VII). (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. 1948. p. 13).

Desta forma, todos tem os mesmos direitos independente da história social dos antepassados e medidas tem que ser tomadas para assegurar a igualdade dos indivíduos em todos os lugares. O povo negro que traz marcas do tempo da escravidão não deveria mais carregar o peso e o sofrimento de seus antepassados, mas é fato que o racismo está em nosso meio, pois percebemos o racismo no Brasil por conta da cor da pele e do cabelo dos indivíduos, os maus tratos e a diferenciação do homem branco explica as discriminações, pois o racismo atinge as pessoas que tem o fenótipo dos descendentes negros africanos.

Desta maneira evidenciamos a necessidade de atenção aos vulneráveis e economicamente desfavorecidos para lhes assegurar que as leis se efetivem e não apenas restrinjam cada vez mais as possibilidades de estudo, emprego,

acesso à cultura a moradias dignas; aos netos e bisnetos dos negros que estavam no eito à mais de um século atrás, garantindo sejam assegurados moradia, saúde, promoção a educação e integração social e profissional.

Segundo Minhoto (2013), um grupo considerado minoria encontra-se em um estado de vulnerabilidade na sociedade, pois mesmo possuindo os mesmos direitos civis e políticos, e munidos de direitos de cidadãos, a sociedade capitalista, de uma forma geral e majoritária, não cumpre esses direitos pois eles envolvem investimentos econômicos. Novamente o que está em jogo é a questão econômica. Da mesma forma que no período da abolição a burguesia não permitiu que o estado acolhesse os negros promovendo-lhes condições de crescimento, agora, a burguesia não permite que o estado invista nas políticas públicas para inclusão dos negros. Mesmo o Bolsa Família que é um valor muito reduzido, é sempre criticado pelos capitalistas.

Porém, os negros nunca aceitaram pacificamente as condições de exploração e discriminação que lhes foram impostas, lutaram, lutam e se organizaram contra essa desvalorização discriminatória. Assim, as ações afirmativas foram pensadas e construídas para assegurar o restabelecimento da restauração da igualdade, podendo-se dizer que através da discriminação confronta-se a própria discriminação.

A Constituição Federal brasileira (1988) estabelece em seu artigo 3º, IV como um objetivo fundamental do Estado “Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Está na lei, mas ainda assim é tamanha a desvantagem entre os indivíduos, que o Estado utilizou o que antes era utilizado para excluir, com o objetivo de incluir, pois é seu dever criar medidas que visam aplacar as desigualdades, criar elementos que extingam qualquer argumento que viole o princípio da igualdade.

A Declaração de Princípios sobre a Tolerância, aprovada pela UNESCO em 1995, deixa claro que a intolerância pode tornar os grupos vulneráveis marginalizados e excluídos da vida social e política, e também serem relacionados a violência surgindo a discriminação contra os mesmos. Está garantido que todos os grupos e indivíduos tem o direito de serem diferentes.

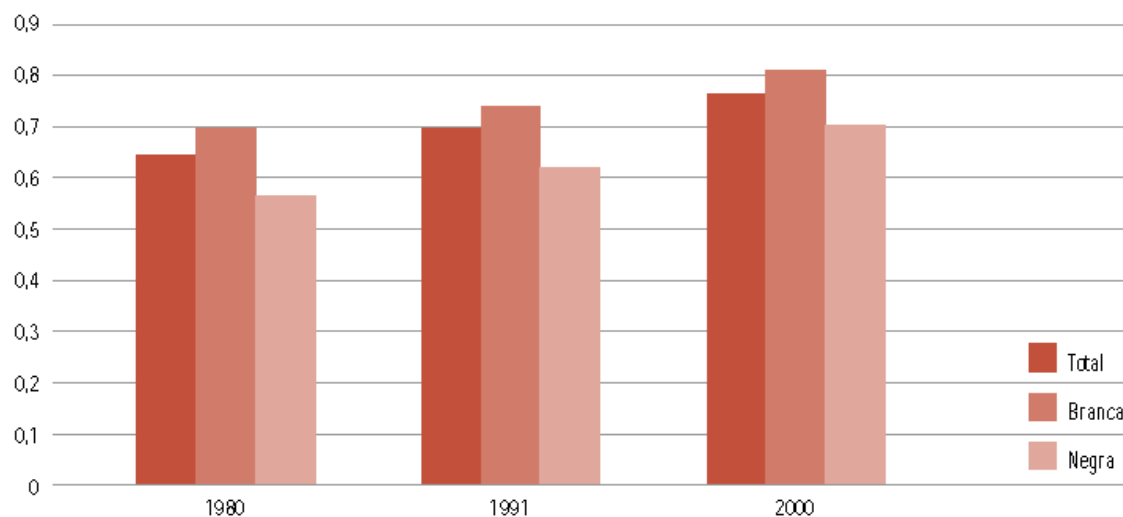
No âmbito do Estado, a tolerância exige justiça e imparcialidade na legislação, na aplicação da lei e no exercício dos poderes judiciário e administrativo. Exige também que todos possam desfrutar de oportunidades econômicas e sociais sem nenhuma discriminação. A exclusão e a marginalização podem conduzir à frustração, à hostilidade e ao fanatismo (DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS SOBRE A TOLERÂNCIA. 1995. p.12).

O desenvolvimento do homem depende de que os valores econômicos e políticos superem as privações dos seres humanos, depende da garantia dos direitos concomitantemente juntos, o civil, político, econômico, social e cultural. Os direitos humanos têm que estar à frente, na quebra de obstáculos, para a tomada de decisões e oportunidades de condições materiais e físicas, e assim abrir possibilidades de executar ações como o rendimento no trabalho, estudos e uma vida saudável, esclarece Moreira (2005).

Faustino e Carvalho (2015) discutem a questão da tolerância evidenciando que ela tem raízes históricas desde o pensamento liberal clássico que se formulou no período em que os interesses capitalistas estavam expulsando os camponeses do campo na Europa e causando, com isso, pobreza, exclusão, miséria e fome que geravam grandes instabilidades sociais. Ao assumir e retomar a questão da tolerância em novos contextos, o sistema capitalista mantém as políticas públicas como pauta de negociações com os movimentos sociais, porém as conquistas ao nível das leis, pouco se viabilizam na prática.

Conforme se denota pelos dados abaixo, a exclusão é um fato real que requer a implementação imediata de medidas que garantam a inclusão social e acesso igualitário dos negros ao trabalho, à terra e à educação.

Gráfico 1 • Evolução do IDH-M da população, total e por cor/raça autodeclarada – Brasil, 1980, 1991 e 2000



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, 2002.

O gráfico mostra o índice de desenvolvimento humano municipal conforme cor/raça no Brasil, durante três décadas, podemos ver que o indivíduo branco está sempre a frente no que é considerado a renda familiar per capita e a taxa bruta de frequência à escola nos três níveis de ensino (MOREIRA, 2005). Considerando jovens os habitantes entre 15 e 29 anos o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada fez um levantamento em 2009 mostrando que o índice de analfabetismo entre negros era praticamente três vezes maior do que os brancos (GOMES, 2012)

A diferenciação está claramente ligada a renda do homem branco e do homem negro, conforme já mencionado, nas duas últimas décadas do século XX, “a renda *per capita* dos negros representou apenas 40% da dos brancos. Os brancos em 1980 ainda teriam uma renda *per capita* 110% maior que a dos negros de 2000” (MOREIRA, 2005, p.15).

A desigualdade racial na educação normalmente é explicada pelo fato dos negros serem mais pobres e assim terem notas inferiores às dos brancos, mas não é só isso que influencia para que o racismo exista nas escolas. Há os rótulos que marcam o que é o negro e delineiam um caminho da aprendizagem e ao que se aprende nas instituições de ensino.

No final dos anos 1980, a autora Vera Figueira aplicou um questionário entre 442 estudantes de escolas públicas que atendem jovens de baixa renda entre 7 e 18 anos (238 brancos, 121 pardos e 83 pretos). Na sondagem, os brancos eram associados às seguintes qualidades: bonito (95%), inteligente (81,4%), engenheiro (85,4%) e médico (92,2%). Já os negros foram associados aos seguintes atributos: feio (90,3%), burro (82,3%), faxineiro (84,4%) e cozinheira (84,4%) (MOREIRA, p.69).

Se, ao menos os livros utilizados em sala de aula resgatassem a origem do negro e a história da riqueza que os africanos tinham em suas terras, suas forças e batalhas, pois foram inúmeras as revoltas nas fazendas em que grupos de escravos fugiam em busca da tal liberdade, mas na verdade os livros apenas reforçam as agressões a cultura negra, diz Moreira (2005).

Contudo, este quadro tende a mudar quando o negro deixa de ser objeto de estudo e começa a estudar, falando do racismo e da cultura afro-brasileira por meio da literatura, letras de músicas, artigos, etc. O movimento negro começa a tomar novos espaços, dando abertura para novas formas de pensar, trazendo novos conhecimentos e visões sobre o racismo e a luta contra a discriminação. Em decorrência dessa organização e luta, o movimento negro também consegue pautar, em meio as políticas públicas, suas demandas e reivindicações, bem como as denúncias sobre a permanência de uma sociedade discriminatória, com alcance ao governo e leis que os integrem nesta sociedade que exclui os menos favorecidos. (MOREIRA, 2005)

No Brasil os acontecimentos históricos do surgimento das ações afirmativas começaram a ser debatidos no âmbito educacional desde os anos 30 do século passado, onde se encontravam vários grupos ligados aos movimentos sociais pleiteando políticas públicas que garantissem o direito da educação à população negra. Ocorrendo em diferentes partes do mundo, nos anos de 1960, o movimento social negro travava várias discussões com o tema da desigualdade sociais que ultrajava a comunidade negra. A partir do final dos anos 1990, o Brasil potencializou suas experiências de ações afirmativas, promovendo a inclusão do âmbito educacional, afirma Minhoto (2013).

Segundo Moreira (2005) com as conquistas do movimento negro o Estado e toda a sociedade começaram a ter uma visão mais ampla e cuidadosa quanto à população negra. Todavia para que se consiga tomar a frente com maior

amplitude, o movimento negro deve falar a toda federação, das grandes cidades até as mais pequenas, conseguindo unir correntes.

Os séculos de humilhação têm que ser reparados e oportunidades irão surgir a partir do momento que o racismo e a desigualdade racial deixarem de ser um problema do sujeito negro e passar a ser encarado como problemática de toda sociedade brasileira.

O Movimento Negro é o protagonista central que conseguiu dar maior visibilidade ao racismo e sua dinâmica de apagamento no conjunto da sociedade, ao mito da democracia racial, demandando a implicação do Estado para a efetivação da paridade de direitos sociais. Colaboram, para o reconhecimento dessa problemática social e para a construção de uma política para a diversidade e para educação das relações étnico-raciais na escola, nesse contexto, a Marcha Zumbi dos Palmares (1995), os dados sociodemográficos que demonstram a condição de desigualdade racial divulgados pelo IPEA (2001), a realização da 3.a Conferência de Durban, a criação da SEPPIR (2003) e da SECAD (2004) (Gomes, 2012. p.23).

A criança negra na escola precisa ser valorizada e preparada para atuar em empregos que são vistos somente como de brancos, (médicos, juízes, engenheiros) e ascender no mercado de trabalho. Pensando assim, acreditamos que o movimento negro deveria se instalar onde há maior número de pessoas negras com baixa renda, no caso, as favelas, e ali estaria lado a lado com a realidade do negro, montando estratégias de cidadania e chamando o Estado para engajar-se na luta.

Por conseguinte, ao levantarmos olhares para os problemas da população negra, construiríamos um movimento com força contra o racismo no Brasil. Superando a dicotomia que foi afirmada sobre o descendente do africano, transpondo as ideias internalizadas pelos homens do que é de branco e do que é negro, aceitando a identidade racial que foi negada por muitos anos. Neste mesmo caminho podemos dizer que, apesar dos vários leques que o movimento negro pode abrir no Brasil, muito ele já fez, tomando iniciativas para discussão do enfrentamento do racismo e, as conquistas obtidas até o momento são um avanço e servirão de incentivo para novos caminhos a serem trilhados pelas novas gerações.

Diante disto, em 09 de janeiro de 2003 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no início de seu mandato aprovou a Lei nº 10.639/2003, alterando a Lei nº 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. E passa a ser acrescida dos artigos 26-A, 79-A e 79-B.

“Art. 26-A. nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, tornar-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluíra o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)”

“Art. 79-A. (VETADO)”

“Art. 79-B. o calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’.”(FRAUCHES, 2007, p.331).

A alteração da lei pode ser entendida como uma das conquistas do Movimento Negro, como um dos passos para a superação da discriminação, que tem sido reivindicada de professores, alunos e sociedade em geral que está em busca da democracia na educação, e de certa forma foi uma política pública de Estado destinada àqueles que estavam/estão na luta e busca pela diversidade étnico-racial. No Brasil, com sua grande miscigenação de culturas é relevante que se criem Leis para que o preconceito seja discutido publicamente e medidas para sua superação sejam adotadas. Fazer isso é também democratizar a educação e avançar na conquista de direitos de cidadania para todos.

Quando tratamos de políticas públicas entendemos que elas se desenvolvem a partir de problemáticas sociais, das lutas de classes e da organização dos movimentos que reivindicam igualdade, forçando assim, a sociedade a tomar medidas para enfrentar a desigualdade

A Lei nº10.639/03 responsabiliza o Ministério da Educação e Cultura (MEC) a levar às escolas, em todas as modalidades e níveis de ensino, uma

educação das relações étnico-raciais, uma educação que produza conhecimentos, atitudes e valores, para que os indivíduos da sociedade compreendam a diversidade étnico-racial como direito de todos apesar das diferenças, abrindo margem também para uma compreensão maior das questões Afro-brasileiras (GOMES, 2012).

A aprovação da Lei nº10.639/03 ocorreu depois de um longo período de injustiças econômicas, educacionais, sociais e políticas. Em meio a realidade percebemos que a escola é um dos campos de repercussão e propagação do racismo e da discriminação e ainda mais, se levarmos em conta que é um espaço de interação e reprodução de conhecimentos, é obrigatoriamente um espaço que deve propugnar a inclusão e a igualdade de todos. Isto requer dos gestores uma organização que atribua responsabilidade a todos os professores e estudantes em relação às questões raciais.

Desde a educação infantil deve-se buscar ações educativas nas instituições educativas que possibilitem a valorização e a igualdade de todos. O documento do MEC, aprovado pelo governo brasileiro em 2010, intitulado “*Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*”, apresenta muitas maneiras para que a escola combata a discriminação por meio de práticas de inclusão.

Compreende-se que a reestruturação da identidade racial negra no Brasil, é um assunto tomado por grande complexidade devido às raízes discriminatórias que foram plantadas ao longo da história, educadores e professores necessitam participar de formações que debatam o tema e estimulem o desenvolvimento de práticas antirracistas.

É notório o quanto a população brasileira foi bombardeada por ditames que tinham por objetivo a desvalorização da cultura africana, no sentido de diminuir tanto aspectos físicos quanto psicológicos herdados pelos descendentes dos africanos. É fato que a discriminação racial está presente na sociedade moderna desde o seu surgimento, pois inicialmente criou-se um discurso que posicionou o negro em grau de inferioridade, em nível de conceitos excludentes estruturados mediocrementemente na cor da pele e outras características físicas.

Ações tem que se efetivar, como é a intenção da Lei nº 10.639/03, para que a formação humana, socialização e sistematização de conhecimentos

apresentem-se como uma área central para a realização de uma intervenção positiva na superação de preconceitos, estereótipos, discriminação e racismo (GOMES, 2012).

Se as legislações negociadas com os movimentos sociais começarem a ser colocadas em prática e se concretizarem, efetivamente nos currículos, nos livros didáticos, nos planos de aula e nas práticas pedagógicas, será o começo para que a Lei n. 10.639/03 se efetive.

Pesquisas e estudos anteriores a este, assim como a percepção do MEC/SECADI sobre a implementação da Lei, revelam a grande dificuldade dos sistemas de ensino e das escolas de realizar práticas com tamanha radicalidade e efetividade como suscita o texto legal. Essa situação confirma ainda mais a urgência e a necessidade de construção de políticas e práticas e de investimento de recursos públicos não só nos processos de formação continuada como, também, na formação inicial e em serviço dos docentes e demais profissionais da educação e na produção, circulação, socialização e análise de material didático e paradidático na perspectiva da Lei n.º 10.639/03, do Parecer CNE/CP 03/04, da Resolução CNE/CP 01/04 e suas respectivas *Diretrizes Curriculares Nacionais* (GOMES, 2012.p. 32).

As Diretrizes mostram um caminho adequado, pelo qual a efetivação mostrará um trabalho pontual das relações étnico-raciais no campo escolar, pois a Lei nº 10.639/03 aponta nas diretrizes para que ações sejam tomadas por meio de atividades, projetos, programas, avaliação e além do mais nas posturas dos professores que deveria acontecer nas escolas para a efetivação das relações étnico-raciais.

A aprovação da Lei nº 10.639/03, representou o início da busca pela reparação do passado obscuro da descendência africana, não é mais uma forma de discriminação, mas sim a busca de corrigir os danos causados a este povo, que sofreu perdas materiais e psicológicas. Destarte, é importante que façam uma ponte entre as experiências obtidas ao dia-a-dia da escola, e ações de combate ao preconceito que envolvem todos os segmentos escolares: gestão, professores, estudantes e pais.

Gomes (2012) em sua pesquisa das práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico raciais na escola na perspectiva da Lei nº10.639/03, aponta que mesmo a lei tendo sido sancionada a alguns anos, mostrando a sua

importância e obrigatoriedade, a real efetivação dela nas práticas pedagógicas referentes as relações étnico-raciais é muito complexa e desafiadora.

Para que a Lei realmente se efetivasse teria que fazer parte dos eixos da ação pedagógica, estando também ligada a gestão da escola, professores e em outras linhas ao sistema de ensino, recebendo maior empenho das secretarias, de educação na institucionalização da lei e contando com investimentos orçamentários que garantam a aquisição de materiais e recursos pedagógicos necessários. A autora salienta a importância da formação continuada de professores dentro da temática das relações étnico-raciais, a fim de que a legislação adquira seu espaço.

Ter a compreensão da necessidade de destinar um tratamento diferenciado para um indivíduo que se encontra em desvantagem na questão de se ter, acesso, é compreender, que esse é o caminho para extinguir as injustiças, e verdadeiramente efetivar a democracia, a escola pode contribuir, porém não é só a escola que educa, pois não se trata apenas de escolher uma política pública qualquer, mas sim de o Estado fazer cumprir o seu dever moral e possibilitar acesso a oportunidades econômicas igualitárias.

Contudo, faz-se necessário a compreensão de que ainda hoje o negro não possui poder, em certas circunstâncias de liberdade de escolha, pois pertencendo a um grupo vulnerável possui dificuldade de acesso a determinados benefícios. Sabemos que por uma construção social empenhada a séculos atrás, o povo brasileiro tornou-se racista, por imposição de ideias e teorias racistas que ditavam o negro como inferior e submisso para justificar que, além de ter sido explorado por mais de três séculos (período da escravidão) ainda foi excluído do acesso à terra, postos de trabalho digno e educação.

Vislumbra-se uma correção de desigualdades, a partir de parâmetros ditados pela Constituição Federal (1988). Alguns argumentos contrários fundamentam que as ações afirmativas implicam uma violação de direitos, porém é o inverso, pois seu objetivo é o de efetivar a cidadania para todos e reconhecer que no passado a sociedade capitalista brasileira não permitiu que os negros ascendessem socialmente. Com as cotas nas universidades, nos concursos públicos e com as diretrizes para a Educação Básica, que visam a

orientar práticas pedagógicas igualitárias e de valorização de todos os seres humanos de forma equânime.

No capítulo seguinte analisaremos alguns materiais de apoio que podem ser utilizados pelos professores em suas práticas diárias visando oportunizar a aprendizagem e o acolhimento de todas as crianças, independentemente de sua cor de pele, bem desenvolver o reconhecimento sobre a importância dos negros na sociedade brasileira.

4. MÍDIA IMPRESSA E RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS

Neste terceiro capítulo analisaremos algumas revistas que tratam temas da educação básica que estão como mídia impressa disponível para professores e educadores, abordando a temática da África, diversidade e cultura afro-brasileira, buscando mostrar que educadores e professores poderão encontrar, na Internet ou nas Bancas, em revistas como a “Nova Escola” e “Revista do Professor”. Para este estudo fizemos o levantamento do período de uma década, 2003 a 2013, à partir da data da aprovação a Lei n. 10.639/03.

Trata-se de materiais de fácil acesso para pedagogos, gestores escolares e professores e servem como material base na elaboração de planos de aula sobre a temática.

Temos por conhecimento que a revista Nova Escola foi subsidiada pelo governo federal e está no mercado a mais de vinte anos, circulando seus exemplares entre os professores, abordando diversos temas, entre eles as dificuldades encontradas nas salas de aula, com isso orientações para os professores trabalharem os conflitos, dando sugestões de planejamentos de aulas, entre outras dicas para serem aplicadas na escola.

A Revista anuncia ter como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade da Educação Básica, produzindo publicações, sites, material pedagógico, pesquisas e projetos que auxiliem na capacitação dos professores, gestores e demais responsáveis pelo processo educacional avaliamos ser de suma relevância que nas formações de professores os pedagogos tenham este material presente o auxiliem os professores a usá-los da melhor maneira possível em suas práticas diárias.

Foram selecionados, então, artigos e matérias que abordam a questão pesquisada neste trabalho destacado dados de publicação, temas e períodos.

Abaixo está uma tabela com os exemplares da revista Nova Escola, que abordaram de alguma forma temas sobre a África e diversidade étnico-racial, são seis revistas que foram encontradas abordando tal temática, no montante de cento e dez.

TABELA DAS REVISTAS NOVA ESCOLA QUE ABORDAM O TEMA DA ÁFRICA E DIVERSIDADE DE 2003 A 2013				
TÍTULO DA CAPA	MATÉRIA	VOLUME	NÚMERO	MÊS/ ANO
A questão racial na escola	Educação não tem cor, p. 47,48,49,50,51,52 e 53	v.19	177	Novembro 2004
África de todos nós	África de todos nós, p. 42,44,45,46,47,48 e 49	v.20	187	Novembro 2005
Produção de texto	Diversidade sempre, p. 50 e 51	v.24	219	Janeiro/ Fevereiro 2009
África: A bola da vez	África A Bola da vez, p. 41, 42, 43, 44, 45, 46 e 47	v.25	232	Maio 2010
Você no centro das atenções	O porquê da escravidão dos africanos no Brasil, p. 76 e 77	v.26	246	Outubro 2011
10 projetos campeões	Em busca de pistas sobre a escravidão, p. 51, 52 e 53	v.28	268	Dezembro 2013/ Janeiro 2014

A primeira revista da qual analisaremos é a Nova Escola, volume 19, número 177 de novembro de 2004. Embora o debate sobre a necessidade de combate ao racismo e ao preconceito na escola já estivesse colocado há muito tempo pelo Movimento Negro, foi analisado o ano anterior, de 2003, e não há nenhuma revista de janeiro de 2003 até novembro de 2004 que trate da África e da diversidade racial.

Nesta edição 177 a matéria *Educação não tem cor*, fala da aprovação da Lei 10.639/03 como obrigatoriedade do ensino de história da África e da cultura afro-brasileira em todas as escolas, e a revista diz que pontuará erros e acertos de como trabalhar a questão racial na escola e também disponibilizará orientações sobre projetos pedagógicos para que os professores se inspirem.

Sendo assim, traz o relato de duas professoras negras que contam fatos marcantes de suas trajetórias de vida e mostram o racismo o qual passaram e ainda assim, optaram pelo magistério e conseguiram ser professoras apesar das dificuldades, e lutam para que seus alunos negros não passem pela discriminação pela qual vivenciaram na escola.

Os erros e acertos pontuados são relevantes para a instrução de como abordar a temática na sala de aula de forma eficiente, a baixo uma tabela retirada da revista Nova Escola de novembro de 2004.

ERROS	ACERTOS
Abordar a história dos negros a partir da escravidão	Aprofundar-se nas causas e consequências da dispersão dos africanos pelo mundo e abordar a história da África antes da escravidão.
Apresentar o continente africano cheio de estereótipos, como o exotismo dos animais selvagens, a miséria e as doenças, como a AIDS.	Enfocar as contribuições dos africanos para o desenvolvimento da humanidade e as figuras ilustres que se destacaram nas lutas em favor do povo negro.
Pensar que o trabalho sobre a questão racial deve ser feito somente por professores negros para alunos negros.	A questão racial é assunto de todos e deve ser conduzida para a reeducação das relações entre descendentes de africanos, de europeus e de outros povos.
Acreditar no mito da democracia racial.	Reconhecer a existência do racismo no Brasil e a necessidade de valorização e respeito aos negros e à cultura africana.

A revista apresenta o trabalho realizado por alguns professores, um deles dividiu as turmas em grupos, o primeiro grupo pesquisou com moradores se havia racismo no Brasil, outro falou das festas africanas e outro sobre o folclore africano, tudo estudado e apresentado por meio de cartazes, desenhos, seminários, livros, revistas, jornais, entrevistas, etc.

Outra experiência relatada apresenta o trabalho de uma professora da área de arte, onde os alunos confeccionaram mascaras parecidas com as da cultura de Benim na Nigéria e também analisaram, de forma crítica, as obras de Jean-Baptiste Debret que retratou os escravos negros de forma quase idêntica as fotografias dos jornais no período de 1768 a 1848.

Desta forma a matéria exibida na revista Nova Escola no mês da consciência negra de dois mil e quatro levanta a bandeira de que para a Lei

nº10.639/03 se efetive os professores tem que pesquisar, estudar, criar projetos, procurar capacitação. Podem se beneficiar dos relatos de experiências de professores que já estão trabalhando o tema em sala de aula. A revista trouxe, nesta edição, uma motivação para o trabalho na sala de aula, sem especulações e falsos mitos de igualdade, mas sim falando abertamente de como o assunto tem que ser tratado, reconhecendo que o racismo é presente no país e, em decorrência disso, nas escolas.

Em novembro de 2005 no mês da consciência negra a Nova Escola, volta a falar do tema África, desta vez no volume 20, número 187, a matéria veio como capa da revista com o título *África de todos nós*. Faz em um primeiro momento o resgate histórico da vida dos negros desmistificando alguns mitos dos quais os alunos estão acostumados a ouvir em sala de aula e ver nos livros didáticos, como o mito de que os negros antes de serem escravizados pelos europeus já estavam acostumados com o trabalho escravo na África. Esclarece que lá a servidão não era tratada da forma como foram tratados no continente americano. Fazia parte da cultura e tinha significados que necessitam ser compreendidos em sua profundidade.

E, a partir deste encaminhamento, a revista sugere atividades que vão além do conhecimento das danças e culinária africana, mas que mostram conteúdos ligados com as ciências sociais e naturais, matemática, língua portuguesa e estrangeira e as artes.

Como sugestão nas matérias de geografia e história a revista apresenta exemplos de professores que trabalharam com os alunos sobre a África, identificando nos mapas a localidade dos países e qual a cultura de cada um, as riquezas de ouro e diamantes que tinham, e assim os alunos podem entender o porquê da exploração.

Conhecendo também as histórias dos reinos que haviam no continente, como eles se organizam, e como era a cidade universitária de Tumbuctu do ano 12 o olhar das crianças brasileiras sobre a África se modifica uma vez que adquirem conhecimentos que extrapolam a questão apresentada nos livros didáticos sobre os negros.

A revista cita um projeto de uma escola em São Paulo, onde os alunos trabalharam em uma cidade vizinha onde residem pessoas com baixa renda e pesquisaram problemas comuns entre o Brasil e África, e assim produziram um

programa de rádio em português e em inglês, onde organizações não-governamentais usam em Moçambique e em Nairóbi.

Na matemática a interdisciplinaridade é uma chave para abrir o conhecimento aos alunos sobre o surgimento das pirâmides do Egito, que podem conhecer a história das pirâmides e fazer cálculos de quantos tijolos estimados foram usados em sua construção, etc. Em língua estrangeira, a sugestão de atividade para trabalhar a cultura afro é através das músicas de cantores como Bob Marley, e também com textos originais de lideranças como Martin Luther King.

Em língua portuguesa, a revista abre um leque maior de atividades, sugerindo trabalhar as lendas e histórias que falem de diversidade, na literatura. Evidencia-se que o professor pode usar livros como *Menina Bonita do Laço de Fita*, de Ana Maria Machado, e *O Pássaro-da-chuva*, de Kersti Chaplet, e também trabalhar com estudos de casos, onde familiares dividem com a turma as suas histórias e depois são transformadas em textos.

Nas artes o foco são as danças, os mitos e adereços que podem ser trabalhadas sem esquecer da essência da cultura dos povos africanos e não só ficar deslumbrando tudo que ela oferece. Logo na matéria de educação física é o espaço para se trabalhar os jogos e brincadeiras, dos quais a revista cita alguns que ela deixa disponível no site como se faz e como são as regras, são eles o iitop, mbubee-mbube, mamba, yote e mancala.

Nesta matéria “África de todos nós”, há um mapa com uma linha do tempo falando do desenvolvimento de parte do continente africano, dos seus reinos e povoações. Como material complementar e de apoio na sala de aula é interessante, sendo que essa mesma edição traz por fim toda a bibliografia utilizada e o nome das escolas onde foram retirados os projetos que a revista mostra.

A revista com a capa “Produção de texto” de janeiro e fevereiro de 2009, volume 24, número 219, traz uma pequena matéria de uma página. Evidenciamos que não deixamos de fora desta pesquisa nada do que encontramos que aborde o tema África e diversidade, mesmo as matérias que a revista traz com pouca quantidade de informações.

Sendo assim, nesta edição da revista, o texto da página 50 tem o título *Diversidade sempre*, ressaltando que as diferenças de raças, de gêneros e de

pessoas com deficiência tem que ser valorizadas, e o material adequado pode auxiliar no cotidiano do professor na educação infantil.

Sendo assim, o material que o professor tem que ter segundo a revista Nova Escola, são brinquedos, CDs, DVDs, instrumentos musicais e livros adequados para tratar a temática na sala de aula, atualizando-se com projetos específicos e buscando capacitar-se para uma atuação pedagógica eficiente e diversificada.

Também há disponível um projeto institucional para trabalhar a diversidade no dia-a-dia, mas, a nosso ver, nesse aspecto a revista falhou, ao dizer tudo o que os professores têm que fazer, mas as sugestões e ideias para a sala de aula ficaram no nível regular.

Em maio de 2010 mês que antecede a copa Mundial de Futebol a revista Nova Escola, trouxe no volume 25, número 232 a edição com a capa *África, A bola da vez*, neste ponto não nos conteremos a dizer que nesse volume o tema África é discutido somente trazendo informações geográficas e econômicas do continente em questão, em sete páginas. Dá a impressão de ser um guia turístico, ao invés de um instrumento de pesquisa para o professor em sala de aula. A revista fala sobre a miséria que alguns países do continente sofrem e em como outros tem se desenvolvido, dando ênfase maior para a África do Sul como um polo de desenvolvimento e país que sediou a copa do mundo de futebol de 2010.

Cerca de um ano após a copa do mundo de futebol o volume 26, número 246 de outubro de 2011 com a capa “Você no centro das atenções” há a matéria de duas páginas *O Porquê da escravidão dos africanos no Brasil*, faz um breve levantamento histórico por que os negros foram escravizados para trabalhar no Brasil, ao invés do índios nativos, salientando a necessidade dos professores trabalharem e discutirem esta abordagem do tema em sala de aula e não somente falar do sofrimento e maus tratos que os negros sofriam.

Na edição de Dezembro/Janeiro 2013 com o título “10 projetos campeões” volume 28, número 268, a revista Nova Escola traz uma a matéria *Em buscas de pistas sobre a escravidão*, nela fala sobre um projeto de uma escola de Belo Horizonte- MG, onde o professor instigou os alunos a investigarem, por meio da internet, jornais antigos e entrevistas como era o passado de seus antecedentes escravos na região.

O objetivo do projeto é “tirar os alunos do senso comum”, para que eles aprendam que muitos escravos podiam decidir sobre seu futuro e nem sempre eram vistos como mercadoria. O objetivo é elementar pois o papel da escola é justamente promover a aprendizagem dos alunos para além do senso comum que eles têm no dia a dia. Na abordagem proposta, acreditamos que o projeto deve ser bem estruturado com fontes, bases históricas e bibliográficas, para que não ocorra equívocos ou interpretações apressadas sobre uma questão que é tão complexa como a escravidão que durou mais de 300 anos no Brasil e deixou tantas sequelas para a população negra até nossos dias.

Segundo a revista, a cada descoberta feita pelos alunos, eles registravam no caderno e depois o professor analisava para ver se os alunos haviam compreendido corretamente, com isto ao término do projeto o professor pode averiguar que as visões errôneas sobre os negros foram desfeitas, e se os negros começaram a ser vistos com mais igualdade.

Desta forma, constatamos que dos 110 volumes da revista Nova Escola de janeiro de 2003 à janeiro de 2014, foram encontrados seis exemplares que abordavam o tema África, diversidade cultural, escravidão, sendo que nestes volumes a temática é discutida brevemente, deixando a desejar como meio de pesquisa para professores e alunos.

Analisando a revista como material de apoio para os professores, que busca cumprir este papel a mais de duas décadas no Brasil, e em termos de base para o cumprimento da Lei 10.639/03, as matérias, artigos, planos de aula, deixaram a desejar. Certamente os professores ao procurar apoio para atividades com o tema que é novo para as escolas, encontrará pouco material. Pois se os professores buscam nas revistas encontrar apoio para trabalhar a temática da África e diversidade étnico-racial, teria que procurar muito, como nesta pesquisa de TCC e, como sabemos, os professores acabam acumulando turnos para aumentar o salário que é pouco e por isso tem reduzido tempo para estudar e pesquisar antes de preparar suas aulas.

Como já informamos uma revista que foi subsidiada pelo governo com recursos públicos teria por obrigação apresentar várias possibilidades de trabalho com esta temática que é emergente e necessária para ajudar as escolas e os professores a alterarem suas práticas e assim, contribuir com o combate ao preconceito racial existente em nossa sociedade.

Em um segundo momento nos detemos a analisar a Revista do Professor, que é outra mídia impressa que se apresenta como auxílio à prática pedagógica de professores da educação básica. Desta revista foram analisados quarenta e quatro volumes, assim como a revista Nova Escola, aqui foram averiguadas as revistas de janeiro de 2003 a janeiro de 2014. É importante ressaltar que a Revista do Professor lança um volume a cada trimestre e não mensalmente como a revista analisada anteriormente.

Abaixo está uma tabela com as Revistas do Professor que abordaram de alguma forma o tema África e diversidade étnico-cultural. E foram encontrados dez volumes, um número superior se comparado com o que oferece a Revista Nova Escola.

TABELA DAS REVISTAS QUE ABORDAM O TEMA DA ÁFRICA E DIVERSIDADE DE 2003 A 2014				
TÍTULO DA CAPA	MATÉRIA	VOLUME	NÚMERO	MÊS/ ANO
Linguagem musical: explorando som e ritmo	Quilombos Brasileiros. p.28, 29, 30, 31, 32, 33	v.20	n.79	Julho/ Agosto/Setembro 2004
Dia escolar para crianças de 4 anos	África. p. 24, 25, 26, 27, 28	v.22	n.85	Janeiro/ Fevereiro/Março 2006
Uso de espaços lúdicos na educação infantil	Negros em Destaque. p. 28, 29, 30, 31	v.22	n.86	Abril/ Maio / Junho 2006
Uso de multimídias na leitura do mundo	História Afro-Brasileira. p. 19, 20, 21, 22, 23, 24 (Profª Teresa Teruya UEM)	v.24	n.95	Julho/ Agosto/Setembro 2008
Mankala jogo africano para ajudar aprender	Mankala Jogo Africano. p.13, 14, 15, 16, 17, 18	v.24	n.96	Outubro/ Novembro/ Dezembro 2008
Aprende-se Geometria com o uso do Tangran	Branquitude X Negritude. p. 37, 38, 39, 40, 41	v.25	n.99	Julho/ Agosto/Setembro 2009
O jogo como recurso no estudo dos insetos	Abordagem lúdica da cultura Africana. p. 40, 41, 42, 43, 44, 45	v. 26	n. 101	Janeiro/ Fevereiro/Março 2010
Radionovela e a história do povo	Proposta desmistificar diferenças étnico raciais na Ed. Infantil. p. 38, 39, 40, 41	v. 26	n. 102	Abril/ Maio / Junho 2010

Jogo de boliche para aprender matemática	Aceitando as diferenças étnico-raciais e culturais. p. 41, 42, 43, 44, 45.	v.27	n. 108	Outubro/ Novembro/ Dezembro 2011
Visão de futuro	África na escola Brasileira. p. 54, 55, 56, 57	v.28	n.111	Julho/ Agosto/Setembro 2012

A primeira Revista do Professor que encontramos abordando o tema África, diversidade e cultura afro-brasileira, foi de julho/agosto/setembro de 2004, que tem o título de capa “Linguagem musical: explorando som e ritmo”, volume 20, número 79, têm três páginas com a matéria *Quilombos brasileiros*, sugerindo em seu primeiro parágrafo que se aprenda mais sobre a história e cultura de comunidades negras cumprindo a determinação da Lei nº10.639/03.

Sendo assim, faz um levantamento histórico de como os quilombos surgiram, colocando os significados para o nome do quilombo segundo diferentes autores, abordando que conhecer essa temática é uma forma de contribuição para uma educação inclusiva e combate ao racismo. Cita Paulo Freire e a pedagogia da autonomia para sugerir como podem se organizar os trabalhos de professores e alunos, pontuando sugestão de conteúdos conceituais e procedimentais que professores podem relacionar com o tema para enriquece-lo.

A segunda revista é de Janeiro/ Fevereiro/ Março de 2006, volume 22, número 85, com a capa “Dia escolar para crianças de quatro anos”, e tem uma matéria com o título *Da África ao Brasil*. Esta matéria discute bastante a questão da Lei nº10.639/03 e faz um quadro com as disposições legais da lei, das quais os professores tem que seguir, a meta e os objetivos da resolução. Assim sendo, este número levanta caminhos para formulação de uma proposta de estudo na temática para um novo currículo escolar que deve ser readaptado abordando a cultura africana e diversidade.

Aponta nove temas que podem ser trabalhados, com 40 subtemas que seguem como possibilidades de ampliação do conhecimento em torno do assunto, e para tudo isso a revista deixa as referências de fontes além de livros para que as escolas possam utilizar como fonte de informações.

Com a capa “Uso de espaços lúdicos na educação infantil”, volume 22, número 86 de Abril/ Maio/ Junho de 2006, a revista traz a matéria *Negros em*

destaque, faz apontamentos sobre o racismo e a necessidade de valorização do negro, faz uma proposta de conteúdos de trabalho nesta temática, e por fim faz uma listagem dos negros em destaque na África, Brasil e no mundo, com nomes como Nelson Mandela, Pixinguinha, Machado de Assis, Lima Barreto, Zumbi, Bob Marley, Martin Luther King Jr.

Na edição de julho, agosto e setembro de dois mil e oito, volume 24, número 95, dedica seis páginas para a matéria *História Afro-Brasileira*. Inicialmente a matéria faz uma crítica à forma como a história do Brasil e a participação dos africanos e afro-brasileiros é mal contada através de livros em salas de aula. Cita autores conhecidos na Universidade Estadual de Maringá como Amélia Kimiko Noma e Teresa Teruya e também a Lei 10.639/03, dando ênfase à importância de incluir o negro na sociedade, nesta perspectiva a revista aponta a necessidade da qualificação de professores para trabalhar a temática para que a lei se cumpra de fato. E coloca a utilização de filmes como possibilidade de se trabalhar a história afro-brasileira nas escolas, dá sugestão de alguns filmes e vídeos orientando em relação às idades dos alunos, recomendadas para cada filme.

Para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, os filmes *Deu Zebra*, *As aventuras de Azur e Asmar*, e *Kiruku e a Feiticeira*. Para os anos finais do ensino fundamental, sugere os filmes *Amistad*, *Atlântico negro: na rota dos orixás*, *Quilombo* e *Retrato em preto e branco*. Para o ensino médio e educação de jovens e adultos, *Quanto vale ou é por quilo? Crash- no limite*, *Escritores da liberdade* e *Hotel Ruanda*. O vídeo *Vista a minha pele*, é indicado para as diferentes fases da educação básica.

A próxima edição do mesmo ano de 2008, volume 24, número 96, traz como matéria de capa *Mankala, jogo africano para ajudar aprender*, o jogo é uma sugestão alternativa para os professores trabalharem a história e cultura afro-brasileira, logo que por meio deste recurso é possível trabalhar valores civilizatórios dos africanos, inteligências múltiplas e diferentes áreas do conhecimento.

A revista apresenta e explica as regras do jogo, dá sugestão de como ele pode ser confeccionado e como jogá-lo, é basicamente um jogo de sementes e ganha quem for acumulando mais sementes. O que a revista propõe é que

permita-se conhecer jogos de origem africana e cita outros como Borboleta de Moçambique, Moinho e Seega do Egito e Yoté da África do Sul.

A próxima revista que traz uma matéria voltada para o tema que estamos discutindo é de julho/agosto e setembro de 2009 e tem a capa “Aprende-se Geometria com o uso do Tangran”, volume 25, número 99 com a matéria *Branquitude x Negritude* a revista abre margem para a discussão das diferenças de cor de pele e tipo de cabelo se tornaram discriminatórias. Coloca a lei 10.639/03 como um avanço para a igualdade. Faz uma análise crítica dizendo que a lei não pode ficar só no papel, deve haver pessoas comprometidas com a causa, sendo assim o tema contra o preconceito deve ser trabalhado nos cursos de formação de professores.

Nesta matéria há dados estatísticos de que os brasileiros acreditam que há racismo no país, mas não se declaram como racistas, levando a refletir em um racismo sem racistas. A revista faz um levantamento histórico de como surgiu o ideal de branqueamento e faz uma larga crítica para este tipo de pensamento que afetou e afeta a sociedade negra, e fala como as práticas pedagógicas adequadas, bem planejadas, com apoio de diferentes materiais didáticos, como literatura, jogos, filmes... podem promover a inclusão educacional, caminhando para o desenvolvimento mais igualitário de todo país.

No primeiro trimestre de 2010 a revista do professor no volume 26, número 101, apresenta um projeto nacional de intercâmbio de experiências educacionais na matéria *Abordagem lúdica da cultura africana*, propondo que através de atividades lúdicas se desconstrua o preconceito que as crianças trazem dos espaços externos da escola. Preconceito que não permite que essas crianças aceitem sua autoimagem como negros.

Tal projeto tem a preocupação de proporcionar aos alunos uma escola inclusiva. Para isso foi utilizada uma boneca negra que semanalmente visitava a escola e trazia novidades do continente africano do qual ela era princesa e junto com isso, muito conhecimento. A revista coloca à disposição do leitor nomes de livros que abordam o tema e que poderão ser encontrados no próximo capítulo deste trabalho. Com este projeto a instituição pode perceber muitos ganhos, tanto para os alunos que quebrariam estereótipos em relação aos negros, como também as comunidades escolares que construíram atitudes mais humanas.

A edição do segundo trimestre de 2010 traz novamente uma matéria relacionada ao tema, no volume 26, número 102, a matéria *Proposta desmistifica diferenças étnico-raciais na Educação Infantil* reafirma a questão do racismo e do preconceito como uma questão de cor, atentando para a necessidade de trabalhar o tema com as crianças pequenas de até três anos, e também levanta mais uma vez a bandeira da formação de professores qualificados na construção da cultura e da história, logo que é a escola que produz a reprodução cultural e social.

Sendo assim a revista mostra mais um projeto aplicado em escolas que foi baseado no texto “Será que minha cor suja a água?” Adaptado da obra de Drumond Amorim, intitulada “Xixi na cama”. O projeto também deu atenção aos professores que participaram de palestras e estudos sobre o tema. Teve como base fundamental mostrar que não há diferenças entre brancos e negros. Observa-se que o mesmo teve resultado cristalino na escola, as relações com os alunos melhoraram e por meio de diálogos com os alunos e a família constatou-se que as diferenciações entre uma pessoa e outra não será sinônimo de discriminações étnico-raciais futuras.

Este projeto é um diferencial pois a escola o desenvolveu e avaliou seus resultados o que nem sempre ocorre em projetos escolares de natureza pedagógica.

Na edição de outubro/novembro e dezembro de 2011, volume 27, número 108, com a capa *Jogo de boliche para aprender matemática*, a revista trouxe a matéria: *Aceitando as diferenças étnico-raciais e culturais*. Nesta apresenta mais um projeto nacional de intercâmbio de experiências educacionais que foi aplicado em um centro de educação infantil de São Paulo, onde houve a percepção da não aceitação das diferenças individuais e raciais entre as crianças.

Este projeto, bem como os outros apresentados pela revista do Professor, faz um diagnóstico inicial da situação do preconceito existente na escola e aposta na capacitação de professores para trabalharem as questões de diferenças e discriminação, em busca de que sejam capazes de enfrentar tais situações em sala de aula e não apenas silenciar os preconceitos.

Este projeto assim como os demais apresentados, utilizou bonecos para trabalhar as diferenças dos sujeitos, fazendo recortes de revistas, foram

utilizadas características de cada etnia para a construção de um novo “amiguinho”. Outra atividade que merece destaque, foi uma festa da família, onde os pais foram até o centro de educação infantil e viram as exposições de atividades, apresentações de danças, participaram de oficinas, conversas e brincadeiras.

A relação da comunidade escolar foi o grande diferencial deste projeto, que obteve um resultado mais amplo, logo que os alunos puderam aprender além da sala de aula, sobre a diversidade e as relações étnico-raciais, e puderam comprovar que um projeto feito com parcerias pode ser concretizado e a partir dele, outros também podem ser feitos.

A última revista do professor que encontramos abordando o tema África e cultura afro-brasileira, foi de julho/agosto e setembro de 2012, volume 28, número 111 com a matéria *África na escola brasileira*, que foi dedicada exclusivamente para a indicação de filmes, músicas, livros e museus que contribuem na abordagem do tema que estamos discutindo.

Indica um curta metragem “O xadrez das cores” para alunos do ensino fundamental e médio e o documentário “Atlântico negro – na rota dos Orixás”, ambos produzidos no Brasil. De música indica o CD Djubafedeá de Fanta Konaté e Petit Mamady Kéita. Na literatura o livro “Meu sonho é ter tranças” de Sylviane Anna Diouf e “História Geral da África I – Metodologia e pré-história da África” organizado pela UNESCO, MEC e Universidade Federal de São Carlos. E também indica como contribuição para trabalhar a temática, conhecer o museu Afro Brasil que fica localizado no Parque Ibirapuera em São Paulo.

Sendo assim, das quarenta e quatro Revistas do Professor que foram analisadas, as dez que trouxeram matérias e contribuições relacionadas a temática que estamos investigando na área da educação com ênfase na formação de professores e disponibilidade de materiais diversificados para o trabalho com a temática nas salas de aula, tinham em seu conteúdo uma busca por levar ao leitor, estratégias e possibilidades de ensino que abrangessem a Lei 10.639/03.

Procuramos, além de explicar os pontos dos projetos apresentados, seus objetivos, metodologias, desenvolvimento, resultados e conclusões, fazer uma breve análise de seus conteúdos. Artigos com linguagem crítica, promovem a reflexão sobre as desigualdades, racismo e diferenças observadas nas escolas.

Desta forma, acreditamos que a Revista do Professor, proporciona possibilidades de enriquecimento para os professores que querem dedicar suas aulas para essa temática, e as ideias que a revista traz nas matérias e suas referências servem como apoio e recurso na abordagem da temática que a Lei 10.639/03 exige para o currículo das escolas.

4. SUGESTÃO DE LIVROS PARA O TRABALHO DOS PROFESSORES

Tendo por base o exposto nos capítulos anteriores, no levantamento histórico sobre as condições que levaram à implementação da Lei nº 10.639/03 e na busca por materiais que podem ser usados como apoio didático pedagógico para professores trabalharem nas escolas de educação básica. É importante que o trabalho se inicie desde a educação infantil, contemplando o ensino sobre a História da África e dos africanos, a Cultura Afro-Brasileira, a luta dos negros no Brasil, a formação do negro na sociedade, suas contribuições nas áreas sociais, econômicas e políticas, bem como discutir e refletir sobre a desigualdade imposta as pessoas negras desde o período da libertação até nossos dias.

Neste capítulo listamos vinte e seis livros (26), disponíveis em livrarias, editoras, bibliotecas de escolas e Internet, que abordam a temática representando um auxílio para o trabalho, a ação pedagógica dos professores em sala de aula. Estes livros apresentam várias possibilidades de trabalho, como sugestões de jogos, roteiros com pesquisas bem elaboradas sobre informações e conhecimentos africanos, com textos que conscientizam os professores orientando-os em como trabalhar com seus alunos em sala de aula tais temáticas. Alguns com informações da antropologia e história possibilitam a reflexão sobre a democracia racial, racismo e desigualdade.

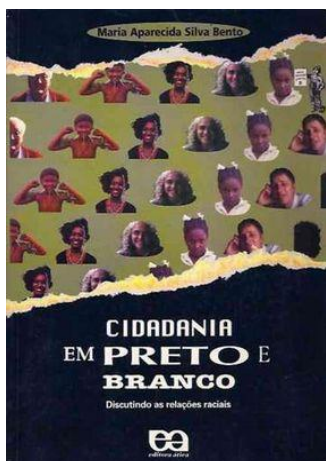
Alguns dos livros trazem levantamentos históricos e servem de material de leitura direta para professores contribuindo com sua formação e reflexão, pois aprofundam-se na discussão social das diferenças produzidas no Brasil, buscando contribuir com a diminuição da discriminação, fortalecendo a igualdade. Nesta lista também sugerimos livros de literatura infantil e infanto-

juvenil, onde há personagens que ilustram histórias que falam da superação dos personagens negros em meio a dificuldades histórias que contam sobre a África, apresentando sua cultura, lendas e tradições. Também há histórias que falam sobre a igualdade e as diferenças sociais e raciais.

Aqui listamos apenas algumas possibilidades de leituras e estudos sobre a temática étnico racial, contudo há muitas mais disponíveis em meios eletrônicos e escritos, possibilidades práticas, como jogos, filmes, músicas e atividades que podem ser realizadas em salas de aula.

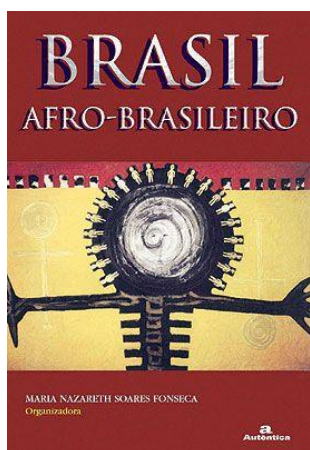
5.1 LISTA PARA CONTRIBUIR COM A FORMAÇÃO TEÓRICA DOS PROFESSORES

	<p>ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. Almanaque pedagógico afro-brasileiro. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004.</p> <p>O livro apresenta aos professores do ensino fundamental e médio uma bem-cuidada proposta de como inserir os conteúdos afro-brasileiros na sala de aula, de maneira planejada e contínua. Há várias atividades e jogos; um calendário com as datas mais importantes relativas aos temas afro-brasileiros e um manual de informações e ilustrações cuidadosamente pesquisadas sobre personalidades negras e o tema étnico-racial.</p>
	<p>HERNANDEZ, Leila Leite. A África na sala de aula. Visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.</p> <p>Quando se fala da África, uma pergunta precisa ser formulada; existe uma África única, uma identidade comum a todo o continente? É a essa pergunta que Leila Leite Hernandez responde neste livro. Ela nos convida a abandonar nossos pressupostos e estereótipos, propondo um tipo de estudo: aprendermos a enxergar a África como um entrelaçamento de diversas culturas e processos históricos, de identidades complexas e, muitas vezes, contraditórias.</p>



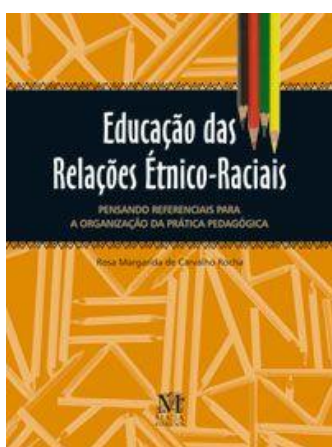
BENTO, Maria Aparecida Silva. **Cidadania em preto e branco: discutindo as relações raciais**. São Paulo: Ática, 1998.

A obra informa e amplia a conscientização sobre a problemática do racismo no Brasil. Estimula o leitor à reflexão sobre si próprio, sobre os acontecimentos de seu cotidiano e sobre os fatos históricos ligados às teorias raciais.






FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). **Brasil afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Com uma proposta multidisciplinar, o livro pretende contribuir para o aprofundamento da discussão dos processos produzidos pela sociedade brasileira de invisibilidade das diferenças quando, de alguma forma, procura apaziguar os conflitos étnico-raciais para fortalecer-se enquanto totalidade harmônica e integrada.




ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Educação das Relações Étnico-Raciais: pensando os referenciais para a organização da prática pedagógica**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.


A obra traz orientações para os professores do ensino fundamental de como incluir o tema étnico-racial em todas as disciplinas do currículo. A obra foi dividida em quatro partes: Relações étnico-raciais e o cotidiano escolar; Dimensão Étnico-Racial e a Prática Pedagógica; Pensando um plano pedagógico de ação e Oficinas de Sensibilização

	<p>DAYRELL, Juarez. Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: ED. UFMG, 2001.</p> <p>Textos de cientistas das áreas de educação, antropologia e sociologia, reunidos pelo Núcleo Educação, Cultura e Sociedade da Faculdade de Educação da UFMG, em três blocos temáticos. O primeiro se desenvolve em torno da ciência antropológica e as suas contribuições para a discussão da educação; o segundo apresenta temas e questões emergentes na teoria e práticas educacionais, o terceiro aborda a instituição escolar como um espaço sociocultural, analisando aspectos de sua história e os sujeitos que a constituem.</p>
	<p>GOMES, Nilma Lima; MUNANGA, Kabengele. O Negro no Brasil de Hoje. Editora Global – Brasil</p> <p>Neste livro buscou-se contar um pouco da história esquecida ou deformada dos povos africanos que ajudaram a construir o país em que vivemos, uma história que pertence a todos nós, brasileiros, sem discriminação de cor, idade, gênero, etnia e religião.</p>
	<p>VALENTE, Ana Lúcia E. F. Ser negro no Brasil hoje. São Paulo: Editora Moderna Ltda., 1987.</p> <p>A antropóloga Ana Lúcia Valente convida o leitor a desencobrir os fatos que se escondem sob a aparência de democracia social e propõe uma discussão complexa para a busca dos meios eficazes de combate ao racismo.</p>

	<p>MATOS, Maria Zilá Teixeira de. Bonecas negras, cadê? O negro no currículo escolar sugestões práticas. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004.</p> <p>A obra traz propostas para professores de todas as disciplinas – e que se adaptam facilmente a qualquer série do ensino fundamental – de numerosas práticas pedagógicas que utilizando-se de questionamentos de preconceitos, preparam o jovem para dialogar e se posicionar frente ao racismo com argumentos científicos, éticos e jurídicos.</p>
	<p>SOUZA, Ana Lúcia Silva e CROSO, Camilla. Igualdade das Relações ÉtnicoRaciais na Escola: Possibilidades e Desafios para a Implementação da Lei 10.639/2003. Peirópolis: Ação Educativa, Ceafro e Ceert, 2007.</p> <p>Este livro, dirigido a todas as pessoas envolvidas no processo educacional, quer justamente levar a público essas vozes e opiniões, com o intuito de contribuir para o aprimoramento das políticas públicas, conteúdos programáticos e práticas educacionais comprometidos com a reeducação das relações étnico-raciais e com o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas.</p>
	<p>CAVALLEIRO, Eliane. (Org.) Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2002.</p> <p>Diversos olhares sobre o ambiente da sala de aula procuram captar os racismos presentes nesse cotidiano. Alguns dos assuntos que nos alertam para uma educação anti-racista são a revista especializada em educação, o livro infantil, o tratamento dado à África e outros.</p>


	<p>SYSS, Ahyas, (Org). Diversidade étnico-racial e educação superior brasileira: experiências de intervenção. Rio de Janeiro: Quartet/Edur, 2008.</p> <p>Os leitores deste livro vão conhecer um pouco da história da desigualdade e do preconceito racial no Brasil, o que os núcleos de estudos afro-brasileiros e indígenas de algumas universidades públicas estão fazendo para superar esses problemas quase sempre colocados para baixo do tapete e como a academia e a sociedade estão recebendo essas experiências de intervenção.</p>
---	---

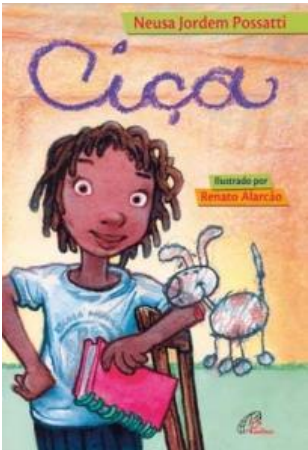
5.2 LISTA DE LIVROS DE LITERATURA INFANTIL E INFANTO JUVENIL


	<p>DIOUF, Sylviane A. As tranças de Bintou. Editora Cosacnaify, 2007. Tradução Charles Cosac</p> <p>A autora Sylviane A. Diouf, estudiosa da cultura e da história da África, nos apresenta Bintou, uma menina negra que não se contenta com seus birotos no cabelo e sonha usar tranças como sua irmã mais velha. A história encanta pela maneira cuidadosa e doce com que trata, a partir de um contexto cultural específico, um momento universal: a passagem da infância para a adolescência. Um livro que nos revela a beleza de cada fase da vida e nos permite repensar o Brasil por meio dos costumes africanos.</p>
--	---

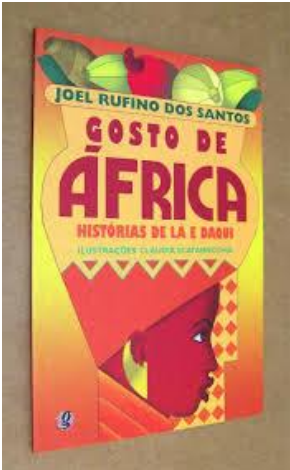
	<p>COELHO, Raquel. Berimbau. São Paulo: Editora Ática, 1993.</p> <p>O livro apresentado é de adivinhação, faz parte da coleção amigo oculto. A autora ao longo do texto dá pistas ao leitor para que ele descubra a identidade secreta dos sentimentos a que ela está se referindo. A ideia que permeia o livro é que o leitor seja capaz de descobrir antes do término da leitura. A história do menino inesperado é a do medo e de Lili é a da liberdade. Em uma narrativa lírica e envolvente, a autora desenrola todas as possibilidades de discussão. O livro pode ser inserido no que</p>
---	--


	genericamente se denominou de literatura infanto-juvenil.
--	---

	<p>ALMEIDA, Gercilga de. Bruna e a galinha d'Angola. Rio de Janeiro: EDC e Pallas Editora, 2009.</p>
	<p>A autora escolheu muito bem a bela imagem-símbolo da galinha d'Angola para com ela contar, a crianças e adultos, a história de como a terra ficou segura - e de como Bruna e suas amiguinhas da grande aldeia chamada Terra se afeiçoaram à Conquém, na beleza de sua pele escura pintada de pequenas bolas ...</p>

	<p>POSSATTI, Neusa Jordem. Ciça. São Paulo: Paulinas, 2004. – (Coleção magia das letras. Série mundo encantado)</p>
	<p>Ciça é uma menina valente e cheia de vida. Ela luta pelas coisas em que acredita. Ao lado de sua mãe, do meio-irmão e do padrasto, vive uma vida difícil e nostálgica, mas consegue, com otimismo, modificar o seu olhar sobre o mundo. Ciça sonha... e esses sonhos sustentam o fio de esperança que a transforma em uma criança tão especial.</p>

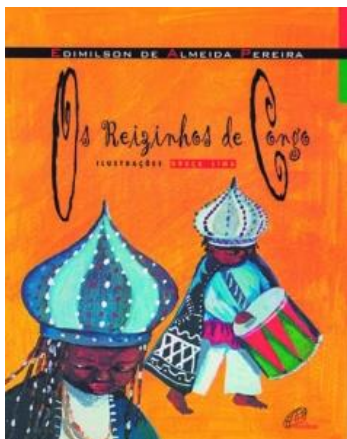
	<p>CIANNI, Solange Azevedo. Doce princesa negra. Rio de Janeiro: Ed. Memórias Futuras, 1995 (Coleção orgulho da raça).</p>
	<p>Quando a graciosidade africana toma conta de nosso imaginário, sentimos a força da beleza dos povos negros. Doce princesa negra sugere essa lembrança, de uma África que não podemos esquecer.</p>

	<p>SANTOS, Joel Rufino. Gosto de África: Histórias de lá e daqui. São Paulo: Global, 2005.</p> <p>Histórias daqui e da África, contando mitos, lendas e tradições negras. Com um olhar crítico e afetuoso, o livro fala também de personagens da história do Brasil e de um tempo de escravidão, luta e liberdade, ajudando a compreender nossa cultura.</p>
---	---

	<p>BARBOSA, Rogério Andrade. Histórias Africanas Para Contar E Recortar. São Paulo: Editora Do Brasil, 2001.</p> <p>Histórias para ler, contar, se divertir e conhecer um pouco dos costumes africanos no qual os animais fazem parte do imaginário popular. As fábulas e os contos são ouvidos pelas crianças em volta da fogueira, enquanto o personagem cantador inventa sons para enriquecer as fantásticas narrativas. São histórias que encantam e despertam a imaginação.</p>
--	---

	<p>MACEDO, Aroldo. Luana, a Menina que Viu o Brasil Neném. São Paulo: Editora FTD, 2000.</p> <p>Abram alas para Luana, a primeira heroína afro-brasileira do nosso país. Ela só tem 8 anos e adora lutar capoeira. Com seu berimbau mágico ela vai levar você a outras épocas e lugares para mostrar o valor da nossa cultura e a importância das diferentes raças que formaram o nosso povo. Acerte os ponteiros. Pois agora você vai viajar para o exato momento do Descobrimento do Brasil!</p>
---	---

	<p>MACHADO, Ana Maria. Menina Bonita do Laço de Fita. São Paulo: Editora Ática, 1997</p> <p>Era uma menina linda. A pele era escura e lustrosa, que nem pêlo da pantera quando pula na chuva. Do lado da casa dela morava um coelho que achava a menina a pessoa mais linda que ele já vira na vida. Queria ter uma filha linda e pretinha como ela. Um dos maiores sucesso da autora.</p>
	<p>AGUSTONI, Prisca. O colecionador de pedras. São Paulo: Paulinas, 2006. – (Coleção árvore falante)</p> <p>Um menino ensina que a arte da escuta, da conversa com o olhar é o caminho para encontrar sentido e beleza no singelo. Um conto terno, com o sabor das lendas contadas de geração em geração.</p>
	<p>BERMOND, Monique. O Pássaro da Chuva. São Paulo: Editora Ática, 1982.</p> <p>Baniu, menino africano, pensa que aprisionando o pássaro-da-chuva poderá contribuir para que não falte água em sua aldeia. Nesse livro infantil se encontra uma profunda e poética reflexão sobre como tem sido violenta e equivocada a interferência do homem no mundo.</p>



PEREIRA, Edmilson de Almeida. **Os reizinhos do congo**. 3 ed. – São Paulo: Paulinas, 2007.- Coleção árvore falante

O Congado ou o Congo é uma prática sociocultural por meio da qual os negros mantêm vivas as memórias, a cultura e as tradições dos antepassados. Dois contos-poema versam sobre esta festividade popular.




BRAZ, Júlio Emílio. **Pretinha, eu?**. São Paulo: Scipione, 1997 (Série Diálogos).

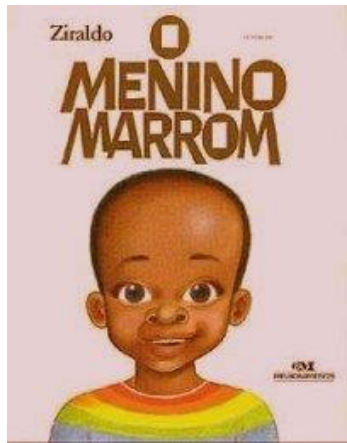
Uma menina negra ganhou uma bolsa de estudos em um colégio, no qual nunca havia entrado um aluno negro. Desencadeou-se uma história de discriminação, preconceito e muitas descobertas.

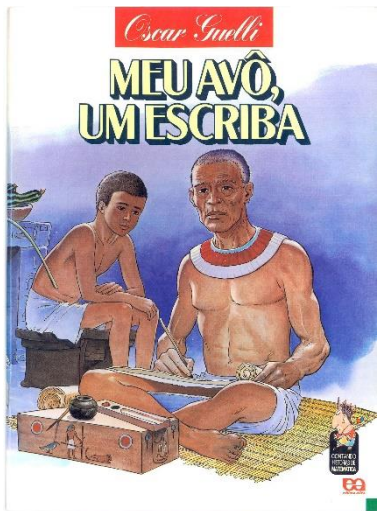


COSTA, Madu; EVARISTO, Mara; GALDINO, Madu; RODRIGUES, Martha. **Coleção Griot Mirim**. Belo Horizonte: Mazza Edições.

Griot é o contador de histórias africano que passa a tradição dos antepassados de geração em geração. O objetivo dessa coleção é trabalhar a identidade afrodescendente na imaginação infantil. E é justamente à imaginação que esses livros falam a partir de uma composição sensível, de textos curtos e poéticos, associados a belas ilustrações. Modo lúdico de reforçar a autoestima da criança a partir da valorização de seus antepassados, de sua cultura e de sua cor.

	<p>CAMPO, Carmem Lucia; VILHENA, Vera. A Cor Do Preconceito. São Paulo: Ática, 2006.</p> <p>Mira é uma excelente aluna e, graças à sua dedicação, consegue uma bolsa de estudos em um dos melhores colégios de sua cidade. Mas ao trocar sua escola pública da periferia onde mora por um colégio de elite, a adolescente negra se vê confrontada com a questão de sua identidade. Preconceito, racismo e intolerância farão parte da trajetória que levará a personagem a uma percepção mais madura de si mesma e da pluralidade do mundo em que vive. Acompanham a obra - Suplemento de leitura com projetos interdisciplinares e um cuidadoso trabalho com os temas transversais.</p>
---	---

	<p>ZIRALDO. O Menino Marrom. São Paulo: Melhoramentos, 2004.</p> <p>O Menino Marrom conta a história da amizade entre dois meninos, um negro e um branco. Através da convivência aventureira dessas crianças ao longo de suas vidas, o autor pontua as diferenças humanas, realçando os preconceitos em alguns momentos.</p>
--	---

	<p>GUELLI, Oscar. Meu avô, um escriba. São Paulo: Editora Ática, 1999</p> <p>A história se passa na África, mais precisamente no Egito. O pequeno Tatu é neto de um escriba. A convivência com o avô permitirá ao menino aprender cálculos, a ter contato com tradições mais antigas de seu país e a se preparar para também ser um escriba um dia.</p>
---	--

Com a apresentação destes materiais, assim como os números especiais das duas revistas – Nova Escola e Professor, procuramos demonstrar que há a disponibilidade de recursos, tanto para estudos como para a realização de práticas pedagógicas adequadas na escola para a abordagem e o trabalho pedagógico com as questões étnico-raciais.

Cabe às escolas, aos gestores e pedagogos incluir estes materiais nas formações, realizar o levantamento de outros mais, conforme a realidade de cada escola e disponibilizar aos professores orientando para que modifiquem, diversifiquem e abordem as questões raciais nos conteúdos escolares. Estas ações certamente contribuirão para a melhoria do ensino e diminuição do preconceito racial que ainda existe em nossa sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho realizamos um estudo histórico que possibilitou compreendermos a origem do preconceito racial existente em nossa sociedade, contra as pessoas negras, bem como as políticas públicas para seu enfrentamento. Nesse sentido a escola tem papel relevante pois é o local onde crianças de diferentes origens, cores, identidades, passam a metade de seu dia durante muitos anos.

Para que a Lei nº10.639/03 se efetive de fato, é necessário que se respeitem os direitos de todos os indivíduos, como seres humanos que devem ser compreendidos e tem seus direitos constitucionais alcançados, direito a educação de qualidade, saúde, lazer, segurança, acesso à cultura, livre expressão, vida digna etc. Ou seja os direitos fundamentais devem ser efetivados.

Muito se discute sobre a igualdade, sobre a justiça social, porém não podemos esquecer o passado que definiu o estado social da população negra no Brasil, uma história, como vimos, que mostra a origem da exploração e exclusão dos negros bem de antes da abolição da escravatura e a partir dela que se busca uma igualdade. Mas após abolidos, os fazendeiros, donos de escravos, como não podiam mais explorá-los, não tinham mais interesses por

eles. Não queriam empregar os negros e nem os tratar com dignidade. Os fazendeiros receberam subsidio do governo para terem mão de obra imigrante, mas não permitiram que o Estado apoiasse os negros destinando-lhes terra, formação e trabalho livre.

Desta forma a abolição serviu somente para revelar ainda mais as diferenças, não foi bem planejada e colocou os negros em uma sociedade mercantil e capitalista, onde não havia espaço para o pobre, muito menos sem escolarização e negro.

Com esta proposição, consideramos que há a desigualdade racial e social atualmente. Foram criadas leis, políticas públicas e ações afirmativas no combate ao racismo, discriminação, segregação e preconceito. Buscando apaziguar as inúmeras situações de desigualdade pelas quais passam os negros vítimas de um passado que deixou grandes marcas, onde um negro mal vestido não pode ser visto andando em um shopping que desconfiam dele, onde na concorrência por uma vaga de emprego o sujeito branco é preferido pelo empregador.

Nesta premissa, a Lei nº10.639/03 vem como uma intervenção do Estado para acabar com o racismo e a discriminação, acreditando que por meio da educação, (logo que é na escola que há a transmissão dos conhecimentos científicos e sistematizados) que se acabará com as desigualdades e trará oportunidades para todos os indivíduos da sociedade independente da cor da pele, porém não das condições sociais, pois o mito da democracia racial se faz a partir do momento em que colocamos os sujeitos em situações sociais distintas e queremos que todos alcancem as mesmas possibilidades de estudo, trabalho, saúde, etc.

A sociedade tem a compreensão da necessidade de se trabalhar essas diferenças, isso podemos constatar nas análises das revistas e nos diversos materiais disponíveis para se trabalhar a cultura africana e as diferenças étnico-raciais, e acreditamos que este é um dos caminhos para aplacar as injustiças, podemos ensinar muito para as crianças e jovens sobre o respeito as diferenças, mostrar a história de lutas e conquistas dos povos africanos para desconstruir percepções ruins sobre os negros, mas somente isto não acabará com as desigualdades.

Queremos aqui na conclusão deste trabalho, deixar claro que não serão políticas contra o racismo para serem discutidas na escola que darão conta de tamanha problemática, e não acabará com as injustiças, nem tão pouco com o mito da democracia racial, se faz necessário que os princípios fundamentais da dignidade humana aconteçam de fato, pois não podemos pensar em igualdade, enquanto houver crianças com oportunidades de aprender nas melhores escolas, com os melhores materiais, uniformes, livros, professores, e outras estiveram nas piores escolas, mais sujas, destruídas e com poucos recursos.

A educação contribui com a diminuição das desigualdades mas sem oportunidades econômicas igualitárias os negros continuarão sendo pobres e discriminados. Sendo assim levantamos a bandeira para a inserção das crianças e jovens em escolas que possibilitem educação de qualidade, acesso as universidades e bons empregos. Para que desta forma haja um equilíbrio real de acesso as oportunidades.

REFERÊNCIAS

BENCINI, Roberta. **Educação não tem cor**. Nova Escola, São Paulo, edição 177, novembro 2007

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

CALLINICOS, Alex. **Capitalismo e racismo**. Tradução de: Race and class. Londres: Bookmarks, 1995. Disponível em: Acesso em: set de 2015.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível na Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo: www.direitoshumanos.usp.br

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS SOBRE A TOLERÂNCIA aprovada pela Conferência Geral da UNESCO em sua 28ª reunião. Paris, 16 de novembro de 1995. Disponível na Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo: www.direitoshumanos.usp.br

FAUSTINO, R. C.. **Os processos educativos no Brasil e seus projetos para a civilização e inclusão indígena**. Revista HISTEDBR On-line, v. 41, p. 188-

08, 2011. Disponível em:

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/41/art14_41.pdf

FAUSTINO, R. C.; de. **Tolerância e diversidade: dos princípios liberais clássicos à política educacional dos anos de 1990**. Horizontes (EDUSF), v. 33, p. 67-80, 2015. Disponível em:

<http://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/issue/view/14>

FELIPE, Delton Aparecido; TERUYA, Teresa Kazuko. **História Afro-Brasileira**. Revista do Professor, Porto Alegre, edição 95, Jul./set. 2008.

FERNANDES, F. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. Vol. 1 e 2. São Paulo: Ática, 1978.

FERNANDES, F. **Significado do Protesto Negro**. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1989.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa – 4 ed.- Curitiba. Ed. Positivo; 2009.

FRAUCHES, Celso da Costa. **LDB anotada e comentada**. Brasília: ILAPE, 2007. p. 331.

FREITAS, Rafaela. **África na escola brasileira**. Revista do Professor, Porto Alegre, edição 111, jul./set. 2012.

GENTILE, Paola. **África de todos nós**. Nova Escola, São Paulo, edição 187, novembro 2005.(Reportagem de Capa).

GOMES, N.L. **O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes**. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 133-154, abr. 2011.

GOMES, N. L. **Escola e diversidade étnico-cultural: um diálogo possível**. In: DAYRELL, J. (Org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

IANNI, Octávio. **Sociologia da Sociologia**. São Paulo: Ática, 1989. p.73 à p.76 p100 à p.110.

JACCOUD, Luciana; BEGHIN Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília: IPE- A, 2002. 152 p

LOPES, Véra Neusa. **Quilombos brasileiros**. Revista do Professor, Porto Alegre, edição 79, jul./set. 2004.

LOPES, Véra Neusa. **Da África ao Brasil**. Revista do Professor, Porto Alegre, edição 85, jan./mar. 2006.

- LOPES, Véra Neusa. **Negros em Destaque**. Revista do Professor, Porto Alegre, edição 86, abril/junho 2006.
- LOPES, Véra Neusa. **Mankala**. Revista do Professor, Porto Alegre, edição 96, out./dez. 2008. (Reportagem de Capa)
- LUKÁCS, G. **Existencialismo ou marxismo**. São Paulo: Senzala, 1967.
- MARTINS, Ana Rita. **Diversidade sempre**. Nova Escola, São Paulo, edição 219, janeiro/fevereiro 2009.
- MARTINS, Ana Rita. **África A bola da vez**. Nova Escola, São Paulo, edição 232, maio 2010. (Reportagem de Capa).
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2010.
- MINHOTO, Antônio Celso Baeta. **Da escravidão às cotas: a ação afirmativa e os negros no Brasil**. 3.ed. Birigui - SP: Boreal Editora, 2013.
- MOREIRA, Carlos Lopes e Diva (Ed.). **Relatório de desenvolvimento humano -Brasil 2005: racismo, pobreza e violência**. Brasília: PNUD BRASIL, 2005. 153 p
- NASCIMENTO, Heverton. **O porquê da escravidão dos africanos no Brasil**. Nova Escola, São Paulo, edição 246, outubro 2011.
- PAULA, Claudemir da Silva. **Branquitude X negritude**. Revista do Professor, Porto Alegre, edição 99, jul./set. 2009.
- PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE TRABALHO COM RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA NA PERSPECTIVA DA Lei nº 10.639/03 / Nilma Lino Gomes (org.). 1. ed. -- Brasília: MEC; UNESCO, 2012. 421 p., il. - (Educação para todos ; 36)
- REVISTA NOVA ESCOLA**, São Paulo: Editora Abril. Jan./2003 – jan./2014
- REVISTA DO PROFESSOR**, Porto Alegre: Editora do Professor. Jan./2003 – jan./2014
- SANTOS, Gevanilda; DA SILVA, Maria Palmira. **Racismo no Brasil – Percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI**. 1.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 37.
- SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Direitos humanos e as práticas de racismo**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2012. 378 p

SANTOS, Vivian Priscila. **Abordagem lúdica da cultura africana**. Revista do Professor, Porto Alegre, edição 101, jan./mar. 2010. (Projeto Nacional de Intercâmbio de Experiências Educacionais)

SENTANIN, Elisângela Ferreira. **Proposta desmistifica diferenças étnico-raciais na educação Infantil**. Revista do Professor, Porto Alegre, edição 102, abril/junho 2010

SENTANIN, Elisângela Ferreira. **Aceitando as diferenças étnico-raciais e culturais**. Revista do Professor, Porto Alegre, edição 108, out./dez. 2011. (Projeto Nacional de Intercâmbio de Experiências Educacionais)

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVERIO, Valter Roberto (Org.) **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: INEP, 2003. 270 p

SILVA, Uelber B. **Racismo e alienação: uma aproximação à base ontológica da temática racial/ Uelber B. Silva**. – São Paulo: Instituto Lukács, 2012. 112 p.

SIQUEIRA, R.O. **“Vida de escravo após o fim da escravidão”**. 2013. Disponível em <http://romenildo0.blogspot.com.br/2013/04/vida-dos-escravos-apos-fim-da-escravidao.html>

SOARES, Sergei (Org.) et al. **Os mecanismos de Discriminação Racial nas Escolas Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. 194 p

SOARES, Wellington. **Em busca de pistas sobre a escravidão**. Nova Escola, edição 268, dezembro 2013.

SOUZA, Beatriz. **8 dados que mostram o abismo social entre negros e brancos**. 2014. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/8-dados-que-mostram-o-abismo-social-entre-negros-e-brancos>

THEODORO, Mário (org); JACCOUD, Luciana; OSÓRIO, Rafael; SOARES, Sergei. **As políticas públicas e a desigualdade racial o Brasil: 120 anos após a abolição /**. – Brasília: Ipea, 2008. 176p.

VALENTE, Ana Lúcia. **Ação afirmativa, relações raciais e educação básica**. In: Revista Brasileira de Educação, nº. 28, jan. 2005, p. 62-76.